

		
		
 município de <b>Leiria</b>		

**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**

**PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**

Fase de Projeto		Fase de Execução	
Elaboração <sup>(1)</sup>	Aprovação <sup>(2)</sup>	Desenvolvimento/aplicação <sup>(3)</sup>	Acompanhamento <sup>(4)</sup>
RED:	RFO:	RSE:	RFO:
CSP:	RDO:	DTE:	CSO:
Data:	Data:	Data:	Data:

<sup>(1)</sup> Responsável pela elaboração do PSS (RED) e Coordenador de Segurança e Saúde na fase de projeto (CSP) ou o seu representante; <sup>(2)</sup> Responsável da Fiscalização da Obra (RFO) e Representante do Dono da Obra (RDO); <sup>(3)</sup> Responsável da Entidade Executante/Adjudicatário a que se refere a cláusula 6.1.9 do caderno de encargos (RSE) e Diretor Técnico da Empreitada (DTE); <sup>(4)</sup> Responsável da Fiscalização da Obra (RFO) e Coordenador de Segurança e Saúde na fase de obra (CSO) ou o seu representante.

**NOTA:**

Em caso de discrepância entre prazos considerados no PSS e no Cadernos de Encargos, prevalecem os prazos referidos no Caderno de Encargos (7.8 – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho)

---

## **PROMULGAÇÃO**

O presente Plano de Segurança e de Saúde (PSS) respeita à empreitada da Município de Leiria (Dono da Obra) designada por “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**” e entra em vigor na data da consignação da empreitada ou, se for o caso, na data da primeira consignação parcial.

Este PSS, que faz parte integrante do caderno de encargos da empreitada e estabelece as regras / especificações a observar no Estaleiro da obra durante a fase de execução dos trabalhos, pretendendo-se com a implementação do preconizado eliminar ou reduzir o risco de ocorrência de acidentes e de doenças profissionais. Compete à Entidade Executante/Adjudicatário manter este PSS permanentemente atualizado e implementá-lo desde o início da instalação do estaleiro de apoio ou de qualquer trabalho no estaleiro, até à receção provisória da empreitada ou, se for o caso, até à última receção provisória parcial, devendo a Entidade Executante/Adjudicatário devolvê-lo ao Dono da Obra, através da Fiscalização, com toda a documentação demonstrativa das ações implementadas durante a execução da empreitada (registos da segurança e saúde no trabalho).

Compete a todos os intervenientes na execução da empreitada a todos os níveis e, em particular, ao Diretor Técnico da Empreitada, cumprir e garantir o cumprimento das determinações que constam deste Plano, sendo cada um responsável por informar o seu superior hierárquico, atendendo ao organograma funcional da empreitada, todas as situações anómalas que detete, assim como propor ações para a melhoria contínua do sistema de segurança e saúde preconizado neste PSS.

São destinatários do presente documento: o Coordenador de Segurança da Obra, a Fiscalização e a Entidade Executante/Adjudicatário, nas pessoas dos seus representantes para esta empreitada. O representante da Entidade Executante/Adjudicatário obriga-se a disponibilizar este PSS aos representantes dos trabalhadores da empreitada. Deverá também disponibilizar este PSS a todos os subcontratados (Subempreiteiros e trabalhadores independentes) na data dos respetivos contratos que deverão referenciar este PSS e incluir cláusulas que obriguem cada subcontratado ao seu cumprimento e que assegurem a transmissão dessas cláusulas à sucessiva cadeia de subcontratação. A coordenação e controlo de todos os subcontratados e bem assim da sucessiva cadeia de subcontratação, compete à Entidade Executante/Adjudicatário nos termos do n.º 4 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro.

---

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá controlar, registrar e manter permanentemente atualizada a ficha de distribuição do PSS utilizando para o efeito o *modelo S01* apresentado no anexo 1 deste documento, anexando essas fichas no anexo 2 do presente documento. É proibida a distribuição deste PSS a entidades externas não intervenientes na presente empreitada, salvo autorização expressa por escrito para o efeito do representante do Dono da Obra.

O Representante do Dono da Obra

Ass: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

---

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>- Introdução</b>	<b>3</b>
1.1 -	Organização deste PSS	3
1.2 -	Adaptação / complemento do PSS	4
1.3 -	Identificação dos Arquivos	5
1.4 -	Alterações ao PSS	6
1.5 -	Entrega do Plano de Segurança e de Saúde	7
1.6 -	Organograma Funcional e Definição de Funções	7
1.7 -	Controlo de Assinaturas e Rubricas	9
<b>2</b>	<b>- Memória Descritiva</b>	<b>10</b>
2.1 -	Política da Segurança e Saúde no Trabalho	10
2.2 -	Definição de Objetivos	10
2.3 -	Princípios de Atuação	10
2.4 -	Comunicação Prévia e Declaração relativa a eventuais trabalhadores imigrantes	12
2.5 -	Regulamentação Aplicável	13
2.6 -	Horário de Trabalho	18
2.7 -	Controlo de subempreiteiros e sucessiva cadeia de subcontratação	19
2.8 -	Seguros de Acidentes de Trabalho	19
<b>3</b>	<b>- Caracterização da empreitada</b>	<b>21</b>
3.1 -	Características Gerais da empreitada	21
3.2 -	Condicionalismos Existentes no Local	22
3.3 -	Plano de Trabalhos	23
3.4 -	Plano e Cronograma da Mão-de-obra	24
3.5 -	Lista de Trabalhos com Riscos Especiais	24
3.6 -	Lista de Materiais com Riscos Especiais	27

3.7 -	Fases de Execução da Empreitada	29
3.8 -	Processos Construtivos e Métodos de Trabalho	29
<b>4 -</b>	<b>Ações para a prevenção de riscos</b>	<b>30</b>
4.1 -	Projeto do Estaleiro	31
4.2 -	Plano de Acesso, Circulação e Sinalização	36
4.3 -	Plano de Sinalização Temporária na Via Pública	38
4.4 -	Controlo de Equipamentos de Apoio	39
4.5 -	Planos de Proteções Coletivas	40
4.6 -	Planos e Registos de Monitorização e Prevenção	42
4.7 -	Registos de Não conformidade e Ações Corretivas / Preventivas	46
4.8 -	Identificação e Controlo da Saúde dos Trabalhadores	48
4.9 -	Plano de Proteções Individuais	49
4.10 -	Formação e Informação dos Trabalhadores	50
4.11 -	Plano de Registo de Acidentes e Índices de Sinistralidade	52
4.12 -	Plano de Visitantes	56
4.13 -	Plano de Emergência	56
4.14 -	Planos de Escavações	57
4.15 -	Plano de Controlo e Gestão de Efluentes, Resíduos e Emissões	59
<b>5 -</b>	<b>Monitorização e Acompanhamento</b>	<b>61</b>
5.1 -	Monitorização mensal	62
5.2 -	Comissão de Segurança e Saúde da Obra	62
5.3 -	Auditorias Internas	62

#### **APÊNDICE**

**Anexos (ver lista no início dos anexos)**

# 1 - Introdução

---

O presente Plano de Segurança e de Saúde (PSS) respeita à empreitada de “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**” que se integra, nomeadamente, nas alíneas a), b), f), g) e h) do n.º 2 do Art.º 2º do no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, tendo sido preparado atendendo ao estipulado no Artigo 6.º do mesmo Decreto-Lei. Corresponde ao Plano a que se refere a parte final da alínea a) do número 4.1.1. da Portaria 104/2001 de 21 de Fevereiro, devendo a Entidade Executante/Adjudicatário desenvolvê-lo nos termos da alínea i) do número 4.1.2. da mesma Portaria.

O coordenador em matéria de segurança e saúde na fase de projeto e o coordenador da obra em matéria de segurança e saúde são aqui designados abreviadamente por, respetivamente, Coordenador de Segurança no Projeto (CSP) e Coordenador de Segurança da Obra (CSO).

Sempre que se faça referência à Entidade Executante/Adjudicatário, à Fiscalização ou a qualquer destes Coordenadores de Segurança, pretende-se significar os respetivos representantes para a presente empreitada.

Salvo os casos expressamente indicados, os prazos estabelecidos em dias neste documento referem-se a dias úteis.

## 1.1 - ORGANIZAÇÃO DESTE PSS

O presente PSS é constituído por um Documento Base e por um Apêndice que inclui um conjunto de anexos. O documento base corresponde ao presente PSS elaborado na fase de projeto e apresentado no processo de concurso pelo dono da obra. O Apêndice, a elaborar e manter pela Entidade Executante/Adjudicatário, corresponde ao desenvolvimento a que se refere a alínea i) do número 4.1.2. da Portaria n.º 104/2001 de 21 de Fevereiro, o qual deverá incluir no mínimo todos os documentos referidos neste documento base.

O presente documento base está organizado em cinco partes: Introdução; Memória Descritiva; Caracterização da Empreitada; Ações para a Prevenção de Riscos; Monitorização e Acompanhamento. Inclui também um conjunto de modelos referidos ao longo deste PSS e que se apresentam no anexo 1 deste documento que a Entidade Executante/Adjudicatário poderá utilizar como referência para o desenvolvimento dos seus



próprios modelos, os quais deverão ter no mínimo a informação contida nos modelos aqui apresentados incluindo as posições para assinaturas para demonstração das ações implementadas.

A referência em qualquer momento durante a execução da empreitada ao PSS deve sempre entender-se como significando este documento base com todas as alterações, adaptações / complementos e registos integrados até esse momento no Apêndice.

Independentemente da inclusão deste PSS na fase de concurso, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá apresentar a declaração *modelo S04* incluída no anexo 1 deste documento, integrando-a no anexo 2.

## 1.2 - ADAPTAÇÃO / COMPLEMENTO DO PSS

Este PSS foi elaborado de forma a ter um carácter dinâmico e evolutivo durante a execução dos trabalhos da empreitada, devendo integrar os projetos, planos e registos de todas as medidas implementadas do âmbito da segurança e saúde.

Assim, todas as adaptações / complementos devem considerar a inclusão / integração dos elementos preparados nos prazos estabelecidos que, salvo indicação em contrário, os prazos referem-se a dias úteis. As adaptações / complementos serão sempre feitas atendendo aos processos construtivos e métodos de trabalho utilizados na execução dos trabalhos pela Entidade Executante/Adjudicatário, aos condicionalismos existentes, à organização do Estaleiro e ao planeamento da obra. Os documentos a integrar deverão estar redigidos em língua portuguesa ou ser acompanhados de tradução legalizada.

Para a integração dos elementos que constituem as adaptações / complementos do Plano de Segurança e de Saúde resultante da implementação do preconizado neste PSS, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário constituir os anexos referidos no texto com uma numeração sequencial (cuja lista se apresenta no início do Apêndice a este PSS, e que poderá e deverá ser complementada com outros anexos a criar durante a execução dos trabalhos) e acrescentar outros que durante a execução da empreitada a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização ou o Coordenador de Segurança da Obra venha a considerar necessários.

A adaptação / complemento do PSS consiste assim essencialmente na preparação e integração de projetos, planos e procedimentos referidos neste documento e na realização

de registos das ações executadas que no seu conjunto serão incluídos nos anexos e que farão parte integrante do PSS.


A manutenção atualizada da documentação do PSS é responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário.

Sempre que o volume de documentos a integrar num dado anexo justifique a criação de um arquivo próprio (dossier), deve a Entidade Executante/Adjudicatário proceder à sua preparação, identificação e organização nos moldes previstos e registar o facto no respetivo anexo.

Todos os arquivos do âmbito do PSS deverão permanecer no Estaleiro arrumados de modo organizado em estantes durante toda a fase de construção. Caso seja necessário utilizar documentos noutros locais devem ser efetuadas cópias.

### **1.3 - IDENTIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS**

As lombadas das pastas de arquivo que sejam criadas no âmbito do *Plano de Segurança e de Saúde* devem identificar objetivamente o seu conteúdo conforme seguidamente se exemplifica, apresentando-se também algumas regras para a identificação de documentos e arquivos.

 município de <b>Leiria</b>
<b>"AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO"</b>
Símbolo e designação do adjudicatário
<b>Plano de Segurança e de Saúde</b>
Anexo Nº
Designação do Anexo

#### 1.4 - ALTERAÇÕES AO PSS

Qualquer dos intervenientes na execução da obra pode propor à Fiscalização as alterações ao presente PSS elaborado na fase de Projeto.

O conteúdo do PSS elaborado na fase de Projeto (documento base), quando considerado desadequado, pode ser adaptado, sendo para tal obrigatória a identificação dos pontos alterados e a nova descrição, que tem que ser aprovada pela Fiscalização, pelo Coordenador de Segurança da Obra e pelo representante do Dono da Obra.

As propostas de alterações a este PSS deverão ser apresentadas, utilizando para o efeito o *modelo S02* apresentado no anexo 1 deste documento.

Compete à Entidade Executante/Adjudicatário elaborar e manter o *Registo das alterações aprovadas*, para o que utilizará o *modelo S03* incluído no anexo 1 deste documento.

Após aprovação de nova situação, compete à Entidade Executante/Adjudicatário, assinalar no original do PSS em sua posse, as zonas alteradas na margem da página por traço vermelho e inscrição do termo "alterado" e respetiva data e número do *Registo de Alteração*.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 4, os Registos das propostas de alterações e alterações aprovadas a cláusulas do PSS.

### 1.5 - ENTREGA DO PLANO DE SEGURANÇA E DE SAÚDE

Concluídos todos os trabalhos da empreitada, incluindo os ensaios a realizar, a Entidade Executante/Adjudicatário entregará, no ato da Receção Provisória, à Fiscalização, e esta ao Dono da Obra, o PSS organizado nos termos previstos. Este facto será registado no Auto da Receção Provisória, anexando-se declaração, conforme o *modelo S05* incluído no anexo 1 deste documento, devidamente preenchida e assinada por todos os elementos previstos. Deverá ser incluída uma cópia dessa declaração no início do PSS.

Caso haja lugar à execução de trabalhos durante o prazo de garantia, a Entidade Executante/Adjudicatário obriga-se a proceder à sua realização de acordo com o estipulado no PSS e a planear e implementar as medidas necessárias, bem como a promover a integração dos elementos desenvolvidos no PSS sempre que se justifique.

### 1.6 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL E DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES

A Entidade Executante/Adjudicatário estabelecerá objetivamente o organograma funcional nominal identificando os meios humanos afetos à empreitada.

Cabe à Entidade Executante/Adjudicatário identificar e integrar no organograma os meios humanos afetos à gestão e controlo da segurança no trabalho, atendendo ao estabelecido no Caderno de Encargos, incluindo o responsável a que se refere o número 6.1.9 da Portaria n.º 104/2001 de 21 de Fevereiro. No conjunto devem ser identificadas todas as pessoas necessárias para preparar e organizar os documentos para adaptar / complementar o *Plano de Segurança e de Saúde* e acompanhar e garantir a sua implementação.

É competência do Diretor Técnico da Empreitada definir, por escrito, as responsabilidades e funções de cada pessoa, nomeadamente no que respeita à Segurança e Saúde no Trabalho.

Os projetos, planos e procedimentos relativos à Segurança no Trabalho devem ser preparados e verificados por técnicos com formação em engenharia, de acordo com as respetivas especialidades. Quanto aos registos de verificação do preconizado nos projetos, planos e procedimentos devem ser efetuados pelos encarregados responsáveis por cada frente de trabalho.

Os responsáveis por cada atividade devem possuir formação e experiência adequada por forma a garantir o bom desempenho das funções atribuídas.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário assegurar a existência, em permanência, nos locais de realização dos trabalhos de elementos com formação de Socorrista, os quais poderão ser trabalhadores da obra. Estes têm que dispor dos meios necessários para prestar primeiros socorros a eventuais acidentados e possuir meio de contacto rápido para poderem ser chamados e para contactar as unidades de socorro necessárias em cada situação de emergência. O número de Socorristas será tal que um acidentado possa ser assistido por um destes profissionais em menos de 10 minutos.

A Entidade Executante/Adjudicatário apresentará à Fiscalização o Organograma Funcional identificando nominalmente cada pessoa com funções "chave" na execução da obra. Caso algum destes elementos seja diferente do apresentado na proposta, essa apresentação deve ser acompanhada do respetivo processo de pedido de autorização de substituição, incluindo os respetivos currículos. Deverá também a Entidade Executante/Adjudicatário identificar explicitamente a pessoa ou as pessoas que possuem formação específica em matéria de segurança e saúde no trabalho, e o(s) Socorrista(s).

Sem prejuízo das responsabilidades legalmente conferidas ao Diretor Técnico da Empreitada, este assegurará toda e qualquer função / competência que não seja cometida a outrem.

Durante todo o período da obra, a Entidade Executante/Adjudicatário garantirá a afixação no Estaleiro, em local bem visível, do Organograma Funcional em vigor.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 5, cópias dos Organogramas Funcionais datados e aprovados para a realização da empreitada e uma síntese da definição de funções e responsabilidades das pessoas da área da segurança e saúde no trabalho.

### 1.7 - CONTROLO DE ASSINATURAS E RUBRICAS

Todas as pessoas com tarefas de preparação, atualização e verificação de projetos, planos e/ou procedimentos, assim como de realização de verificações e respetivos registos, devem ser identificadas no registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas, o qual será efetuado pela utilização do *modelo S06* incluído no anexo 1 deste documento.

A lista deverá ser preparada no início da empreitada e atualizada sempre que se verifiquem novas atribuições de competências do tipo das referidas, a pessoas que nela ainda não constem.

A Entidade Executante/Adjudicatário é responsável por manter o registo de Controlo de Assinaturas permanentemente atualizado. Os elementos da Fiscalização serão também identificados no referido registo.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 5, o Registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas.

## 2 - Memória Descritiva

### 2.1 - POLÍTICA DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O Diretor Técnico da Empreitada procederá, antes do início dos trabalhos, à definição da Política da Segurança no Trabalho para a empreitada, a qual será escrita em folha de papel timbrado da entidade Adjudicatária, na qual deve constar para além dos itens da referida Política, a designação da empreitada e o título “Política da Segurança e Saúde no Trabalho”. Essa política deve ter em conta os objetivos e princípios de atuação a seguir referidos, e ser assinada e datada pelo Diretor Técnico da Empreitada, ao qual cabe também assegurar a transmissão da referida Política a todos os trabalhadores da empreitada. Deverá ser afixada na vitrina do Estaleiro juntamente com outros documentos que se referem adiante.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 5, cópia das folhas que sejam utilizadas para definição e/ou divulgação da Política da Segurança e Saúde no Trabalho.

### 2.2 - DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O presente *Plano de Segurança e de Saúde* referente à empreitada “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**” pretende responder ao exigido na legislação em vigor com o objetivo de:

- Realizar todos os trabalhos de forma a proporcionar a todos os trabalhadores da obra condições de segurança e saúde adequadas.
- Minimizar os índices de sinistralidade laboral e os custos sociais e económicos resultantes de acidentes.
- Realizar todos os trabalhos com a qualidade especificada, num espaço adequadamente organizado e ambientalmente correto.

### 2.3 - PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

O alcance dos objetivos mencionados anteriormente deve basear-se num conjunto de princípios de atuação que deverão ser assumidos pela Direção Técnica da Empreitada perante o Dono da Obra e a Fiscalização, nomeadamente:

- reconhecer a segurança no trabalho como parte influente do desempenho;
- cumprir toda a legislação e regulamentação do âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- evitar os riscos e avaliar e combater na origem os riscos que possam ser evitados;
- planejar para todas as atividades com riscos associados, as medidas de prevenção e proteção necessárias;
- substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- adaptar o trabalho ao homem, especialmente no que se refere à concepção dos postos de trabalho, bem como à escolha dos equipamentos de trabalho e dos processos construtivos e métodos de trabalho utilizados na produção;
- dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual;
- registar o planeamento das ações e a sua realização por forma a evidenciar a sua preparação e execução;
- reconhecer os direitos e deveres dos trabalhadores, os quais deverão ser envolvidos na implementação das medidas preventivas planeadas;
- incentivar os trabalhadores a zelarem pela sua própria segurança e pela dos colegas que possam ser afetados pelas suas ações;
- encorajar os trabalhadores a identificarem e comunicarem todas as situações de perigo que detetem, mesmo que estas não interfiram diretamente com a sua segurança;
- promover as ações necessárias para dar instruções adequadas aos trabalhadores, para que seja compreendido por todos as ações a implementar para assegurar a segurança no trabalho;
- alocar todos os recursos humanos e materiais necessários à implementação das ações planeadas para garantir a segurança no trabalho, tendo em conta o estado de evolução da técnica.



#### **2.4 - COMUNICAÇÃO PRÉVIA E DECLARAÇÃO RELATIVA A EVENTUAIS TRABALHADORES IMIGRANTES**

De acordo com o número 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro, o Dono da Obra deve comunicar à *Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)* a abertura do Estaleiro. Esta *Comunicação Prévia* é feita tendo em conta o número 2 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei e é acompanhada das declarações referidas no número 3 do artigo 15.º do mesmo Decreto.

A Entidade Executante/Adjudicatário enviará à Fiscalização, antes da data de início dos trabalhos e da montagem do Estaleiro, a informação referida nos pontos 2, 9, 10 a 17 do *modelo S08d* apresentado no anexo 1 deste documento, de forma a possibilitar ao Dono da Obra efetuar a *Comunicação Prévia* antes da abertura do Estaleiro. No mesmo prazo deverá também apresentar a declaração relativa a eventuais trabalhadores imigrantes utilizando o *modelo S07b* incluído no anexo 1 deste documento.

Sempre que posteriormente houver qualquer alteração dos elementos constantes da *Comunicação Prévia* de abertura do Estaleiro, a Entidade Executante/Adjudicatário informará, por escrito, a Fiscalização sobre as alterações ocorridas.

É competência da Fiscalização participar ao Dono da Obra as informações transmitidas pela Entidade Executante/Adjudicatário e fornecer cópia à Entidade Executante/Adjudicatário da *Comunicação Prévia* e alterações enviadas pelo Dono da Obra à *Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)*.

Durante todo o período da obra o Entidade Executante/Adjudicatário garantirá a afixação na vitrina referida no ponto relativo ao projeto do Estaleiro (situada em local bem visível) de cópia da última *Comunicação Prévia* enviada à ACT a qual será fornecida pela Fiscalização.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 3, cópias da *Comunicação Prévia* e das comunicações de alterações, caso existam, assim como os elementos fornecidos à Fiscalização e a declaração relativa a eventuais trabalhadores imigrantes.

## 2.5 - REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Na empreitada “AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO” aplica-se toda a regulamentação de segurança e de saúde que se encontre em vigor, nomeadamente a seguinte:

- **Decreto-lei nº 41820 de 11 de Agosto de 1958** (*Estabelece a fiscalização e infrações às normas de segurança para proteção do trabalho nas obras de construção civil*).
- **Decreto-lei nº 41821 de 11 de Agosto de 1958** (*Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil - RSTCC*).
- **Decreto-lei nº 46427 de 10 de Julho de 1965** (*Aprova o Regulamento das Instalações Provisórias do pessoal Empregado nas Obras - RIPPEO*).
- **Decreto-lei 409/71 de 27 de Setembro** (*Estabelece o novo regime jurídico da duração do trabalho - Revoga o Decreto n.º 22500 e o Decreto-Lei n.º 24402*).
- **Decreto-Lei nº 2/82 de 5 de Janeiro** / Ministério do Trabalho, Ministério dos Assuntos Sociais.  
*Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais. DOENÇAS PROFISSIONAIS*
- **Decreto-Lei n.º 421/83 de 2 de Dezembro** (*Revê o regime jurídico da duração do trabalho na sua disciplina específica do trabalho extraordinário*).
- **Decreto-lei 65/87 de 6 de Fevereiro** (*Elimina a obrigatoriedade de aprovação prévia pela administração do trabalho dos mapas de horário de trabalho*).
- **Decreto Regulamentar nº 33/88 de 12 de Setembro** / Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. - *Disciplina a sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública. SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA*
- **Decreto-Lei nº 382-A/89 de 22 de Setembro** / Ministério das Finanças. *Altera para 1 de Janeiro de 2000 as datas de entrada em vigor dos Decretos-Leis n.os 142/99 e 143/99, de 30 de Abril, e do Decreto-Lei nº 159/99, de 11 de Maio. ACIDENTES DE TRABALHO / ACIDENTES DE TRAJECTO / DOENÇAS PROFISSIONAIS.*
- **Decreto-Lei nº 232/90 de 16 de Julho** (*Estabelece os princípios a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção de sistema de gases combustíveis*).
- **Decreto-Lei nº 105/91 de 8 de Março** / Ministério da Indústria e Energia. - *Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro. CONSTRUÇÃO CIVIL / SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO / SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO.*
- **Portaria nº 933/91 de 13 de Setembro** / Ministério da Indústria e Energia, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ministério do Emprego e da Segurança Social. - *Estabelece normas relativas às estruturas de proteção em caso de capotagem (ROPS) de certas máquinas de estaleiro. CONSTRUÇÃO CIVIL / SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO / SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO / MÁQUINAS.*
- **Portaria nº 934/91 de 13 de Setembro** (*Estabelece normas relativas às estruturas de proteção contra a queda de objetos (FOPS) de certas máquinas de estaleiro*).
- **Decreto-lei 398/91 de 16 de Outubro** (*Estabelece um novo regime jurídico da duração do trabalho e do trabalho suplementar. Altera os Decretos-Leis n.º 409/71, de 27 de Setembro, e n.º 421/83, de 2 de Dezembro*).
- **Decreto-lei nº 441/91 de 14 de Novembro** (*Transposição da diretiva nº 89/391/CEE relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho) – Especial atenção deverá merecer o n.º 4 do Art.º 8.º.*

- **Decreto-lei nº 72/92 de 28 de Abril** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 86/188/CEE de 12 de Maio relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho).
- **Decreto Regulamentar nº 9/92 de 28 de Abril** (Regulamenta o Decreto-Lei nº 72/92 de 28 de Abril).
- **Decreto-lei nº 128/93 de 22 de Abril** (Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, de acordo com a diretiva nº 89/686/CEE de 21 de Dezembro).
- **Decreto-lei nº 330/93 de 25 de Setembro** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 90/269/CEE de 29 de Maio relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas).
- **Decreto-lei nº 331/93 de 25 de Setembro** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 89/655/CEE de 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de trabalho).
- **Decreto-Lei nº 341/93 de 30 de Setembro** / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.  
ACIDENTES DE TRABALHO / DOENÇAS PROFISSIONAIS.
- **Decreto-lei nº 347/93 de 1 de Outubro** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 89/654/CEE de 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho).
- **Decreto-lei nº 348/93 de 1 de Outubro** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 89/656/CEE de 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de proteção individual).
- **Portaria nº 987/93 de 6 de Outubro** (Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-lei nº 347/93 de 1 de Outubro).
- **Portaria nº 988/93 de 6 de Outubro** (Estabelece a descrição técnica do equipamento de proteção individual, de acordo com o art.º 7º do Decreto-lei nº 348/93 de 1 de Outubro).
- **Decreto-lei nº 362/93 de 15 de Outubro** (Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais).
- **Portaria nº 1131/93 de 4 de Novembro** (Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o art.º 2º do Decreto-lei nº 128/93 de 22 de Abril).
- **Decreto-Lei nº 378/93 de 5 de Novembro** / Ministério da Indústria e Energia. - Estabelece o regime aplicável à conceção e fabrico de máquinas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros. MÁQUINAS / MOVIMENTAÇÃO MECÂNICA DE CARGAS.
- **Decreto-lei nº 26/94 de 1 de Fevereiro** / Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Estabelece o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.  
SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO
- **Portaria nº 386/94 de 16 de Junho** (Regulamento técnico relativo ao projeto, construção, exploração e manutenção de redes de distribuição)
- **Portaria nº 145/94 de 12 de Março** / Ministério da Indústria e Energia. - Aprova as regras técnicas relativas às exigências essenciais de segurança e de saúde, à declaração de conformidade CE, à marca CE, aos procedimentos de comprovação complementar para certos tipos de máquinas e ao exame CE de tipo

- **Decreto-lei nº 141/95 de 14 de Junho** (Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 92/58/CEE de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho).
- **Decreto-lei nº 214/95 de 18 de Agosto** (Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança das pessoas).
- **Portaria nº 1456-A/95 de 11 de Dezembro** (Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho).
- **Portaria nº 101/96 de 3 de Abril** (Regulamenta o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de Julho relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis).
- **Portaria nº 109/96 de 10 de Abril** (Altera os anexos I, II, IV e V da Portaria 1131/93 de 4 de Novembro).
- **Portaria nº 280/96 de 22 de Julho** (Altera os anexos I, II, III, IV e V da Portaria 145/94 de Março).
- **Manual de Sinalização Temporária Janeiro 1997** – Junta Autónoma de Estradas – Tomo I
- **Portaria nº 695/97 de 19 de Agosto** (Altera os anexos I e V da Portaria 1131/93 de 4 de Novembro).
- **Lei nº 100/97 de 13 de Setembro** (Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais).
- **Decreto-Lei nº 244/98 de 8 de Agosto** / Ministério da Administração Interna. - Regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.  
TRABALHO DE ESTRANGEIROS.
- **Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro** (Aprova o Regulamento de Sinalização do Trânsito).
- **Decreto-lei nº 374/98 de 24 de Novembro** (Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5/11, n.º 128/93 de 22/4, n.º 383/93 de 18/11, n.º 130/92 de 6/6, n.º 117/88 de 12/4 e n.º 113/93 de 10/4, relativos a EPI e marcação CE).
- **Decreto-lei n.º 60/9 de 2 de Março** (Cria o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) e extingue o Conselho de Mercados das Obras Públicas e Particulares (CMOPP) - Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território)
- **Decreto-Lei nº 82/99 de 16 de Março** / Ministério do Trabalho e da Solidariedade. - Altera o regime relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, transpondo para a ordem interna a Diretiva n.º 95/63/CE, do Conselho, de 5 de Dezembro de 1995. MÁQUINAS / FERRAMENTAS / SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO / SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO / EQUIPAMENTOS DE TRABALHO
- **Decreto-lei nº 133/99 de 21 de Abril** (Altera o Decreto-Lei n.º 441/91 de 14/11 relativo aos princípios de prevenção de riscos profissionais).
- **Decreto-Lei nº 142/99 de 30 de Abril** / Ministério das Finanças. - Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho previsto no artigo 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.  
ACIDENTES DE TRABALHO.

- **Decreto-lei nº 143/99 de 30 de Abril** (Regulamenta a Lei n.º 100/97 de 13/9, no que respeita à reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho).
- **Decreto-Lei nº 159/99 de 11 de Maio** / Ministério das Finanças. - Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes. ACIDENTES DE TRABALHO / TRABALHADORES INDEPENDENTES.
- **Lei nº 97/99 de 26 de Julho** / Assembleia da República. - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de Agosto, que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. TRABALHO DE ESTRANGEIROS.
- **Portaria nº 11/2000 de 13 de Janeiro** / Ministério das Finanças. - Aprova as bases técnicas aplicáveis ao cálculo do capital de remição das pensões de acidentes de trabalho e aos valores de caucionamento das pensões de acidentes de trabalho a que as entidades empregadoras tenham sido condenadas ou a que se tenham obrigado por acordo homologado.
- **Portaria n.º 172/2000 de 23 de Março** (Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade) - Ministério da Economia
- **Despacho nº 11 694/2000 (2ª série) de 7 de Junho** / Instituto Português da Qualidade. - Lista das normas harmonizadas no âmbito da aplicação da Diretiva nº 89/686/CEE, relativa a equipamentos de proteção individual. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL / NORMAS TÉCNICAS / NORMAS EUROPEIAS
- **Decreto-Lei nº 109/2000 de 30 de Junho** / Ministério do Trabalho e da Solidariedade. - Altera o Decreto-Lei nº 26/94 de 1 de Fevereiro, alterado pelas Leis nº 7/95 de 29 de Março, e nº 118/99 de 11 de Agosto, que contém o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho. SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO / MEDICINA DO TRABALHO / FICHA DE APTIDÃO
- **Decreto-lei nº 292/2000 de 14 de Novembro** (Estabelece o regime legal sobre a poluição sonora - Regulamento Geral do Ruído).
- **Decreto-lei nº 4/2001 de 10 de Janeiro** (Estabelece as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português - Vd em especial o artigo 144.º).
- **Portaria nº 104/2001 de 21 de Fevereiro** (Aprova os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adotados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com projetos do dono da obra e nas empreitadas de obras públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95, de 10 de Maio).
- **Decreto-Lei nº 107/2001 de 6 de Abril** / Ministério do Trabalho e da Solidariedade. - Regula os trabalhos leves que os menores com idade inferior a 16 anos que concluíram a escolaridade obrigatória podem efetuar, bem como as atividades e trabalhos que são proibidos a todos os menores ou condicionados aos que têm pelo menos 16 anos de idade. TRABALHO DE MENORES / TRABALHO DE MENORES.
- **Decreto Regulamentar nº 5/2001 de 3 de Maio** / Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Regulamenta a composição, a competência e o funcionamento da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais. DOENÇAS PROFISSIONAIS / LISTA DE DOENÇAS PROFISSIONAIS.
- **Decreto-Lei nº 290/2001 de 16 de Novembro** (Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril, relativa à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas n.º 91/322/CEE, da Comissão, de 29 de Maio, e n.º 2000/39/CE, da Comissão, de 8 de Junho, sobre valores limite de exposição profissional a agentes químicos).



- **Decreto-Lei n.º 320/2001 de 12 de Dezembro de 2001** (Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/37/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho).
- **Decreto-Lei n.º 76/2002 de 26 de Março de 2002** (Aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior, transpondo para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/14/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio).
- **Portaria n.º 390/2002 de 11 de Abril** (Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local)
- **Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto** (Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro)
- **Decreto-Lei n.º 16/2003 de 3 de Fevereiro** / Ministério das Finanças. - *Procede à interpretação autêntica do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, que cria o Fundo de Acidentes de Trabalho.*
- **Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro** / Ministério da Administração Interna. - *Altera o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 22/2002, de 21 de Agosto.*  
TRABALHO DE ESTRANGEIROS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003 de 8 de Abril** / Presidência do Conselho de Ministros. *Redefine as condições de instalação do SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação. EMERGÊNCIA / SEGURANÇA*
- **Portaria n.º 466/2003 de 6 de Junho** / Ministério da Segurança Social e do Trabalho. - *Estabelece as normas relativas às condições de emissão dos certificados de aptidão profissional (CAP) - área da construção civil e obras públicas. CERTIFICAÇÃO / APTIDÃO PROFISSIONAL / CAP / CONSTRUÇÃO CIVIL.*
- **Lei 99/2003 de 27 Agosto** (Aprova o Código do Trabalho) - Assembleia da República
- **Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro** (Procede à revisão regulamentar das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de Julho, continuando naturalmente a assegurar a transposição para o direito interno a Diretiva n.º 92/57/CEE de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis).
- **Contrato Coletivo de Trabalho Vertical** aplicável às empresas que se dedicam à atividade da construção civil e obras públicas.
- **Lei n.º 35/2004 (Retificações)** / Assembleia da República. - *Regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho. CÓDIGOS / CONTRATOS DE TRABALHO / LEGISLAÇÃO DO TRABALHO.*
- **Decreto-Lei n.º 12/2004 de 9 de Janeiro** (Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção) - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
- **Portaria n.º 16/2004 de 10 de Janeiro** / Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. - *Estabelece o quadro mínimo de pessoal das empresas classificadas para o exercício da atividade da construção.*

*CONSTRUÇÃO CIVIL / SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO / CATEGORIAS PROFISSIONAIS / TÉCNICOS DE SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO.*

- **Portaria nº 18/2004 de 10 de Janeiro** / *Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. - Estabelece quais os documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção*

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá organizar, um dossier devidamente identificado, que contenha de forma organizada uma compilação da regulamentação aplicável, nomeadamente a legislação e os Regulamentos acima referidos, que possa ser consultado sempre que necessário.

## **2.6 - HORÁRIO DE TRABALHO**

Antes do início dos trabalhos, Entidade Executante/Adjudicatário deverá provar o envio de uma cópia do mapa do Horário de Trabalho que pretende utilizar no decurso da empreitada, acompanhado com uma declaração escrita, devidamente assinada pela Administração da empresa adjudicatária, declarando que esse mapa de Horários de Trabalho está em conformidade com as disposições aplicáveis em matéria de duração de trabalho e que cumpre as formalidades estabelecidas no Decreto-Lei nº 35/2004, de 29 de Julho (regulamenta a lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, que aprova o Código do Trabalho)., e sempre que haja alguma alteração, *Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)*. Essa cópia deverá ser remetida à ACT com antecedência mínima de oito dias relativamente à entrada em vigor desse Horário de Trabalho, conforme legislação em vigor.

Nos termos da legislação em vigor e de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá patentear no estaleiro, durante todo o período de execução da obra, em local bem visível (nas vitrinas da obra), o horário de trabalho em vigor.

No estabelecimento do Horário de Trabalho deverá a Entidade Executante/Adjudicatário ter em conta o período do ano em que os trabalhos decorrem, não devendo em caso algum ser permitido o trabalho em locais com um nível de iluminação insuficiente. A Entidade Executante/Adjudicatário tomará todas as medidas necessárias para impedir a laboração fora do referido Horário de Trabalho e/ou sem as condições acima referidas.

A realização de trabalhos fora dos períodos previstos no horário em vigor terá que ser sempre submetida a autorização prévia da Fiscalização, nos termos do Caderno de Encargos.

Quando a Fiscalização entenda justificar-se poderá não autorizar a realização de trabalhos fora do horário previsto ou determinar a suspensão do trabalho fora do horário normal.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 6 cópia de todos os Horários de Trabalho utilizados na empreitada, incluindo os comprovativos da sua entrega ou envio ao ACT, notando sobre os mesmos os períodos de validade, e os pedidos de realização de trabalho extraordinário e respetivas autorizações devidamente assinadas pela Fiscalização.

## **2.7 - CONTROLO DE SUBEMPREITEIROS E SUCESSIVA CADEIA DE SUBCONTRATAÇÃO**

Atendendo ao n.º 4 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro bem como ao Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro, o controlo de todos os subempreiteiros e sucessiva cadeia de subcontratação compete à Entidade Executante/Adjudicatário, devendo para tal registar e manter permanentemente atualizado esse controlo utilizando para o efeito o *modelo S11* incluído no anexo 1 deste documento, arquivando esses registos no anexo 7.

## **2.8 - SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO**

Antes de iniciados os trabalhos e atendendo à legislação aplicável e ao estipulado no Caderno de Encargos, a Entidade Executante/Adjudicatário tem que comprovar à Fiscalização, a existência, a adequabilidade e a validade dos seguros exigidos contratualmente.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário verificar e garantir que todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, tarefeiros, fornecedores e trabalhadores independentes, estão cobertos por **seguro de acidentes de trabalho**, para o ramo de atividade “**Obras Públicas e/ou Trabalhos de Engenharia Civil**”.

A Entidade Executante/Adjudicatário procederá ao controlo e registo das apólices de seguros de acidentes de trabalho pela utilização do *modelo S12*.



O registo dos seguros de acidentes de trabalho tem que ser verificado e atualizado periodicamente (pelo menos, mensalmente) pela Entidade Executante/Adjudicatário, de forma a garantir em contínuo que todos os trabalhadores da obra estão cobertos por seguro. Em caso algum é permitida a permanência no estaleiro de pessoas não cobertas por seguro de acidentes de trabalho.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 8 as folhas de Registo de Apólices de Seguros de Acidentes de Trabalho, as cópias das apólices e comprovativos de pagamento ou validade, e caso se trate de apólice sem nomes, também cópia das folhas de vencimento entregues à segurança social onde constam os nomes dos trabalhadores ao serviço nesta empreitada.

## 3 - Caracterização da empreitada

---

Na presente secção do PSS inclui-se uma caracterização genérica dos trabalhos da empreitada, identificam-se condicionantes, riscos especiais e registam-se algumas notas sobre a realização da empreitada.

Os elementos aqui incluídos devem ser considerados pelos intervenientes nos processos de preparação, planeamento e execução da empreitada, que deverão avaliar e implementar as medidas de prevenção consideradas necessárias e adequadas.

### 3.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPREITADA

A rua dos Moinhos de Vento possui um carácter maioritariamente urbano, desenvolvendo-se no sentido oeste – este, com início a partir do entroncamento com a rua da Escola, encontrando-se dotada de pavimento betuminoso no troço inicial com cerca de 140 metros de extensão.

O desígnio deste projeto reside no prolongamento da atual rua dos Moinhos de Vento, numa extensão de cerca de 160 metros.

Desta forma, adotou-se uma largura da faixa de rodagem da rua de 6 metros, procedeu-se ao restabelecimento de uma caminho público e a criação de estacionamento para veículos ligeiros.

Foram ainda introduzidas na via, as marcações rodoviárias, com pintura longitudinal descontinua no eixo e sinalização vertical, de forma garantir um padrão adequado de segurança para todos os utentes da via.

Por último, foi ampliada rede de drenagem de águas pluviais e de águas residuais urbanas.

#### **Obra Rodoviária**

Na empreitada referente à obra rodoviária, os trabalhos mais relevantes a executar serão os que a seguir se indicam:

- Terraplenagens que se reporta trabalhos preparatórios de desmatção e decapagem; escavações na linha e colocação em aterro ou vazadouro, movimentações de terras (transporte, carga e descarga dos materiais escavados); regularização de taludes de escavação e aterro.
- Drenagem que compreende essencialmente a execução das obras necessárias ao escoamento das águas superficiais, nas quais se inclui a execução de bocas em passagens hidráulicas, órgãos de drenagem longitudinal do tipo valetas e coletores longitudinais de evacuação lateral, órgãos complementares de drenagem do tipo caixas de visita / sumidouros e órgãos e trabalhos acessórios no sistema de drenagem tipo passagens hidráulicas em caminhos paralelos e de continuidade de valetas sob serventias.
- Pavimentação inclui o espalhamento e compactação de solos e camadas granulares e a execução de camadas betuminosas, (camada de ligação, camada de regularização, camada de desgaste e rega de impregnação betuminosa e de colagem) e trabalhos especiais de pavimentação, nomeadamente fresagem de camadas existentes, sua remoção e transporte a vazadouro e pavimentação de passeios, separadores ou ilhéus.
- Obras Acessórias, nomeadamente a colocação de lancis em passeios.
- Equipamentos de Sinalização e Segurança que inclui a colocação de sinalização horizontal e vertical, guardas de segurança e de outro equipamento complementar. Dentro destes trabalhos outros há a executar como: pré marcação e execução das marcas rodoviárias; execução de maciços de fundação para a sinalização vertical de orientação; colocação dos sinais de sinalização vertical e dos painéis/setas de sinalização vertical de orientação; fixação dos prumos, por cravação, e colocação das guardas de segurança metálicas. Para além dos trabalhos atrás referidos haverá também trabalhos de sinalização de carácter temporário da obra.

### **3.2 - CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO LOCAL**

Sem prejuízo de outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização e o Coordenador de Segurança da Obra deverão verificar e identificar desde já como maiores

condicionalismos existentes no local e no meio envolvente que, direta ou indiretamente, podem prejudicar ou condicionar os trabalhos no Estaleiro, os seguintes:

- Redes de Serviços de interesse público, como Abastecimento de Água, Telefónica, Esgotos e Elétrica que interferem com o novo traçado.
- Diversas edificações implantadas em zona próxima e ao longo do traçado
- A circulação contínua de trânsito nas vias.

Na preparação e planeamento dos trabalhos, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá ter em consideração os condicionalismos identificados, assim como outros que venha a detetar na fase de execução, e planear e implementar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes face aos riscos associados.

Para a realização de trabalhos que possam interferir com serviços afetados, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá, antes de iniciar os trabalhos, localizar todos os serviços e manter, em coordenação com a Fiscalização, um contacto permanente com as entidades concessionárias dos eventuais serviços existentes. Importa assegurar que eventuais remoções e/ou reinstalações de serviços sejam executadas de forma a evitar acidentes de trabalho durante a execução da empreitada.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 9, todos os registos relativos à identificação dos condicionalismos existentes no local, incluindo as ações planeadas e executadas.

### **3.3 - PLANO DE TRABALHOS**

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário preparar e apresentar o Plano de Trabalhos para a empreitada, conforme previsto no Projeto de Execução e no Caderno de Encargos, no prazo aí indicado.

Nos períodos de maior concentração de trabalhos o risco de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais é mais elevado. O Plano de Trabalhos deve ser preparado para que não sejam realizados simultaneamente trabalhos que se considerem incompatíveis ou que a sua execução em paralelo seja geradora de riscos acrescidos aos que estão associados à sua execução em separado.

Sem prejuízo do previsto no Projeto de Execução e no Caderno de Encargos, o Plano de Trabalhos deve ser submetido à apreciação da Fiscalização / Coordenador de Segurança

da Obra, não podendo o mesmo ser aprovado sem parecer favorável desta, que assinará o Plano de Trabalhos mencionando o seu aval.

O Plano de Trabalhos deve ser alterado / ajustado sempre que por questões de segurança e/ou saúde dos trabalhadores se considere justificável. A Fiscalização / Coordenador de Segurança da Obra pode solicitar à Entidade Executante/Adjudicatário, sempre que entenda conveniente, as alterações e/ou ajustes ao Plano de Trabalhos que entenda necessárias, nomeadamente as que se justifiquem pela realização de trabalhos no âmbito de outras empreitadas do empreendimento.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 10 todos os Planos de Trabalhos aprovados ou fará constar no mesmo, registo que refira o arquivo onde se encontram.

### **3.4 - PLANO E CRONOGRAMA DA MÃO-DE-OBRA**

Conjuntamente com o Plano de Trabalhos, a Entidade Executante/Adjudicatário apresentará, atendendo ao previsto no Caderno de Encargos, o cronograma de mão-de-obra que indique por semana os valores previstos das cargas de mão-de-obra expressas em Pessoas (Plano de mão-de-obra) e Pessoas×hora (cronograma de mão-de-obra), assim como os valores acumulados.

O Plano de mão-de-obra deve ser apresentado em gráfico de barras verticais com escala à esquerda, sendo o comprimento das barras proporcional ao valor da carga de mão-de-obra da semana correspondente. O Cronograma de mão-de-obra deverá ser apresentado sobre o mesmo gráfico de barras mas em gráfico de linha com escala à direita.

O planeamento dos trabalhos deve ser feito evitando, tanto quanto possível, grandes variações nas cargas de mão-de-obra. Os períodos a que correspondam maiores afetações de mão-de-obra devem ser objeto de análise e de um maior controlo de forma a garantir condições adequadas de segurança no trabalho.

### **3.5 - LISTA DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS**

A empreitada de “AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO” inclui diversos trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores, particularmente os previstos nas alíneas a), b), d), e) h) e i) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 6.º desse Decreto-Lei, sem prejuízo de outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização/Coordenador de Segurança da Obra venham a identificar, apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de possíveis trabalhos que possam envolver riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

LISTA NÃO EXAUSTIVA DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS NA OBRA RODOVIÁRIA					
N.º	Trabalhos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Estaleiro de apoio	Atropelamento Quedas de objetos Electrocussão Ruído Queda em altura		X  X X X	 X
2	Terraplenagens	Choques e atropelamentos por equipamentos Soterramentos e esmagamentos provocados por escorregamento de taludes e desprendimento de materiais Esmagamento ( pés ) Queda ao mesmo nível Queda de máquinas e veículos em andamento Ruído e vibrações; Poeiras e pós de materiais		  X X  X	X  X  X X
3	Drenagem	Soterramentos causados por desmoronamentos de terras em valas Eventuais aluimentos nas fundações de estruturas existente Queda em altura de pessoal, material e ferramentas nas valas Queda de equipamentos por instabilidade das fundações Queda ao mesmo nível Esmagamentos Entalamentos Poeiras e ruídos	X	   X  X	X  X  X X X
4	Execução de infraestruturas elétricas iluminação pública	Eletrocussão Cortes Queda em altura		X	X  X

LISTA NÃO EXAUSTIVA DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS NA OBRA RODOVIÁRIA					
N.º	Trabalhos	Riscos potenciais	Risco <sup>(*)</sup>		
			B	M	A
5	Pavimentações	Esmagamento Atropelamento Incêndio Quedas ao mesmo nível Queda de objetos e materiais Ruído Sobre esforço físico Queimaduras Dermatoses Inalação de gases perigosos		X  X      X	 X  X X X X X X
6	Sinalização e Segurança	Inalação de fumos e vapores da aplicação das tintas utilizadas para marcação rodoviária Esmagamentos Queda de materiais em elevação Queda em altura Lesões dorso - lombares Ferimentos e cortes		X   X X	X  X X
7	Execução de muros de suporte	Instabilidade e/ou deficiência fixação de cofragem Queda em altura Esmagamento Queda de objetos/equipamentos Corte, perfuração, ferimentos Fraturas; Electrocussão; Infeções nos olhos; Infeções nas vias respiratórias.		      X X X	X X X X X X
8	Trabalhos em vias rodoviárias em serviço	Atropelamento Acidentes			X X
9	Uso de explosivos	Detonação e consequente explosão inesperada Queimaduras Projeção de objetos e pessoas Queda em altura Queda de objetos (pedra e outros)			X  X X X X
10	Trabalhos nas proximidades de vias aéreas de média tensão em serviço	Electrocussão Movimento de equipamentos junto de cabos aéreos Incêndio Queimaduras Arco elétrico		  X X	X X   X

LISTA NÃO EXAUSTIVA DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS NA OBRA RODOVIÁRIA					
N.º	Trabalhos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
		Eletricidade estática		X	

(\*) Avaliação dos riscos: B = Baixo, M = Médio, A = Alto

Para os trabalhos referidos e para todos os outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização / Coordenador de Segurança da Obra venha(m) a identificar, a Entidade Executante/Adjudicatário definirá, atendendo aos processos construtivos e métodos de trabalho, as medidas preventivas e de proteção adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, integrando estas medidas nos respetivos planos de monitorização e prevenção adiante referidos.

### 3.6 - LISTA DE MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS

A empreitada “AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO”, inclui alguns materiais com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, nomeadamente na alínea c), sem prejuízo de outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização/Coordenador de Segurança da Obra venha(m) a identificar, apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de materiais que envolvem riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Lista não exaustiva de Materiais com Riscos Especiais na Obra Rodoviária					
N.º	Materiais / Equipamentos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Cimento	– Dermatoses – Problemas respiratórios		X	X
2	Aços	– Perfurações / Corte		X	
3	Óleo descofrante	– Carcinoma – Dermatoses		X	X



		– Contaminação de Solos Agrícolas			X
4	Betão	– Dermatoses – Contaminação de Solos Agrícolas			X X
5	Aditivos para argamassas e betões	– Dermatoses (em geral) - ver fichas técnicas e rótulos dos produtos – Contaminação de Solos Agrícolas		X	X
6	Ar Comprimido	– Explosão		X	
7	Combustíveis	– Incêndio – Explosão – Intoxicação		X	X X
8	Betuminosos (betões e emulsões)	– Queimaduras – Intoxicação		X X	
9	Tintas, resinas epoxy e solventes	– Dermatoses (em geral) - ver fichas técnicas e rótulos dos produtos – Intoxicações – Carcinomas – Incêndio		X X	X X
10	Oxigénio / Acetileno	– Incêndio – Explosão			X X
11	Explosivos	– Queimaduras – Queda de pedras – Detonação inesperada			X X X
12	Instalação de manilhas em betão	– Entalamento – Esmagamento			X X

(\*) Avaliação dos riscos: B = Baixo, M = Médio, A = Alto

Para os materiais referidos e para todos os outros que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização/Coordenador de Segurança da Obra venha(m) a identificar, a Entidade Executante/Adjudicatário definirá, atendendo às características dos materiais e aos processos de manuseamento e acondicionamento, as medidas preventivas adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, integrando estas medidas nos respetivos planos de monitorização e prevenção adiante referidos.

Genericamente, para todos os materiais e equipamentos incorporáveis, a Entidade Executante/Adjudicatário terá em consideração as características dos mesmos e atenderá às indicações contidas nos rótulos dos mesmos e nas respetivas fichas técnicas, as quais deverá solicitar sempre ao fabricante / fornecedor antes da receção dos materiais / equipamentos no Estaleiro.

Nota-se que não pode ser descurada a atenção a produtos perigosos de utilização indireta, como sejam os combustíveis, tanto no que se refere ao seu acondicionamento, como na sua utilização.

### **3.7 - FASES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA**

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá planejar os trabalhos da empreitada por forma a assegurar que a mesma seja executada em condições de segurança, para o que deve identificar previamente as fases de execução e as prioridades das mesmas, assim como as incompatibilidades de execução simultânea face aos riscos que daí decorrem.

Com a definição prévia das fases de execução da empreitada pretende-se identificar objetivamente e anular os potenciais riscos resultantes de um incorreto planeamento dos trabalhos.

Todos os trabalhos, particularmente os previstos nas alíneas a), b) e i) do Art.º 7º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, devem ser planeados e executados para que o faseamento da execução dos mesmos não seja gerador de situações de risco potencial de acidentes de trabalho e/ou de situações desfavoráveis à saúde dos trabalhadores.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará os documentos relativos à definição das fases de execução da empreitada no anexo 10.

### **3.8 - PROCESSOS CONSTRUTIVOS E MÉTODOS DE TRABALHO**

A Entidade Executante/Adjudicatário antes da realização de qualquer trabalho, identificará quais os processos construtivos e/ou métodos de trabalho que vai utilizar, os riscos associados e as medidas preventivas que prevê implementar.

Para todos os processos construtivos e/ou métodos de trabalho a utilizar deverá a Entidade Executante/Adjudicatário para além dos Planos de Monitorização e Prevenção, preparar

previamente Instruções de trabalho, que deverá submeter à aprovação da Fiscalização.

As *Instruções de Trabalho* são documentos que devem especificar para cada atividade o seu modo operativo, isto é o modo como é realizada. Pretendem servir de base à identificação e avaliação de riscos envolvidos na sua execução e à definição das medidas preventivas a implementar para eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais.

No anexo 1 apresenta-se uma “Lista não exaustiva de trabalhos com riscos especiais” sobre os quais devem ser elaborados Procedimentos ou Instruções de Trabalho, além de outros que a fiscalização entenda necessários.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará todas as *Instruções de Trabalho* preparadas no anexo 11.

#### 4 - Ações para a prevenção de riscos

---

As ações a empreender na realização dos trabalhos da empreitada “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**” para a prevenção de riscos devem ser objeto de planeamento prévio que resultará na preparação de um conjunto de projetos, planos e procedimentos relativos à segurança e saúde.

Nesta secção são definidas as regras / especificações a atender para essa preparação, que se considera necessário desenvolver e implementar na fase de execução da empreitada para a prevenção dos riscos associados à realização dos trabalhos.

Nota-se que todos os projetos, planos e procedimentos preparados no âmbito do PSS terão que ser assinados pelo Diretor Técnico da Empreitada e pela Fiscalização e, nos casos aplicáveis, também pelo Coordenador de Segurança da Obra.

#### **4.1 - PROJETO DO ESTALEIRO**

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar o *Projeto do Estaleiro* atendendo ao previsto no Projeto de Execução e no Caderno de Encargos, apresentando-o para aprovação da Fiscalização e Coordenador de Segurança da Obra.

Por Estaleiro entende-se os locais onde se efetuam os trabalhos de construção propriamente ditos, bem como os locais onde se desenvolvem atividades de apoio direto àqueles trabalhos.

Na elaboração desse Projeto deverá ser seguida a regulamentação específica aplicável, nomeadamente o *Regulamento de Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras*, a *Regulamentação das prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis*, e no caso de o Estaleiro ocupar total ou parcialmente vias públicas, o *Regulamento de Sinalização de Trânsito*, incluindo eventuais regulamentos municipais existentes que a Entidade Executante/Adjudicatário deverá verificar da sua existência.

Sem prejuízo de regulamentação aplicável, todas as áreas do Estaleiro têm que cumprir as regras indicadas neste *Plano de Segurança e de Saúde*, assim como outras que a Fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança da Obra determine(m).

O *Projeto do Estaleiro* deverá identificar e definir objetivamente através de peças escritas e desenhadas, a implantação e características das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio fixos, das infraestruturas provisórias e de todos os outros elementos que as características dos trabalhos, os processos construtivos e métodos de trabalho a utilizar determinarem.

Devem ser identificados e definidos, todos os elementos necessários instalar e planear a sua organização e arrumação de forma a reduzir ao mínimo os percursos internos e otimizar a operacionalidade.

Sem prejuízo do regulamentado, o(s) *Projeto(s) do(s) Estaleiro(s)* deverá(ão) respeitar, quando aplicável, os aspetos a seguir referidos:

### **VEDAÇÕES**

É obrigação da Entidade Executante/Adjudicatário tomar as medidas necessárias para que o acesso a todas as áreas do Estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. O *Projeto do Estaleiro* identificará a implantação das vedações e as respetivas características, tendo em conta que deverão impedir fisicamente a entrada de pessoas não autorizadas.

Sem prejuízo da legislação aplicável e de indicações que a Fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança da Obra venha(m) a determinar, sempre que o Estaleiro se situe numa zona de circulação pedonal, as vedações devem ter pelo menos dois metros de altura e serem constituídas por painéis autoportantes de rede metálica, devidamente fixados aos suportes e interligados com pelo menos dois acessórios apropriados de forma a impedir a sua remoção / vandalização. Em alternativa poder-se vedar os caminhos com vedações opacas em chapa, com 2,00 m de altura, com prumos metálicos cravados no pavimento.

Os portões de acesso ao Estaleiro deverão obrigatoriamente conter a sinalização de segurança de acordo com o Plano de Acesso, circulação e sinalização adiante referido. Sempre que estiverem abertos deverá existir no local, Guarda que proceda ao controlo das entradas, de forma a assegurar que o acesso ao Estaleiro seja reservado apenas a pessoas autorizadas.

### **DORMITÓRIOS**

Os dormitórios a instalar no Estaleiro da obra respeitarão as seguintes condições:

Volume mínimo	→	5,5 m <sup>3</sup> por ocupante
Pé-direito mínimo	→	3 m
Área mínima das janelas	→	1/10 da área do pavimento, devendo permitir a sua abertura, dispor de estores e ter um raio livre mínimo no exterior de 2,00 m medido a partir do eixo de cada janela
Afastamento mínimo entre camas	→	1 m para camas simples e 1,5 m para beliches de 2 camas (não são permitidos beliches com mais de 2 camas)

Se na obra existir guarda permanente, deverá ser prevista uma construção para lhe servir exclusivamente de local de repouso, com uma área não inferior a 6 m<sup>2</sup> e com um pé-direito mínimo de 2,20 m.

### **INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**

O Estaleiro disporá de instalações sanitárias adequadas, devidamente resguardadas das vistas e mantidas permanentemente em bom estado de limpeza e arrumação.

Caso exista dormitório no Estaleiro, deverão prever-se instalações sanitárias em zona contígua aos mesmos, sendo obrigatório que o acesso dos dormitórios às instalações sanitárias contíguas seja feito através de zona coberta.

As instalações sanitárias a instalar no Estaleiro da obra respeitarão as seguintes condições:

Pé-direito mínimo	➔	2,60 m
Lavatórios	➔	1 unidade por 5 trabalhadores
Chuveiros	➔	1 unidade por 20 trabalhadores (com água quente e fria)
Urinóis	➔	1 unidade por 25 trabalhadores
Retretes	➔	1 unidade por 15 trabalhadores
Altura mínima das divisórias entre chuveiros e entre retretes	➔	1,70 m

### **REFEITÓRIO E COZINHA**

Todos os trabalhadores terão que dispor diariamente de condições adequadas para tomar as refeições.

O refeitório será coberto e abrigado das intempéries, dotado de água potável e disporá de mesas e bancos em quantidade adequada ao número de trabalhadores da obra.

Junto ao refeitório deverá existir uma zona de cozinhas com chaminés e pias com água potável em quantidade adequada ao número de trabalhadores, onde estes possam preparar e tomar as suas refeições.

Tanto o refeitório como a cozinha, devem dispor de portas de abrir para o exterior e meios de combate a incêndios adequados.

O refeitório e a cozinha a instalar na obra respeitarão as seguintes condições:

Pé-direito mínimo	➔ 2,50 m
Área mínima de portas e janelas	➔ 1/10 da área do pavimento com um raio livre mínimo no exterior de 2,00 m medido a partir do eixo de cada abertura

### ***ARMAZÉNS DE MATERIAIS***

Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zonas de armazenamento fechadas. Os materiais perigosos devem ser separados dos restantes e devidamente resguardados e identificados.

### ***FERRAMENTARIA***

As ferramentas e equipamentos de pequena dimensão devem ser guardados diariamente em zonas destinadas para o efeito as quais terão de ser fechadas.

### ***PARQUE DE VIATURAS DE PASSAGEIROS***

O parque para estacionamento de viaturas de passageiros, será separado do parque de equipamentos e deverá ser próximo da zona social do Estaleiro e junto a um acesso.

### ***PARQUES DE MATERIAIS***

Os materiais serão arrumados e organizados em parques próprios de acordo com as suas características e serão transportados para as zonas de trabalhos para serem aplicados.

### ***REDE PROVISÓRIA DE ÁGUA***

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar o projeto da rede de água potável e respetivos pontos de abastecimento e válvulas de seccionamento. O abastecimento se for feito a partir da rede pública será objeto de pedido junto da entidade da área competente para o efeito.

A Entidade Executante/Adjudicatário tem que garantir que em todas as frentes de trabalho em laboração existe água potável em quantidade suficiente à disponibilidade dos trabalhadores.

#### ***REDE PROVISÓRIA DE ESGOTOS***

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar o projeto do sistema de rede de águas residuais no qual deve identificar os destinos a dar às mesmas, e, se necessário, obter a aprovação das entidades competentes.

#### ***REDE PROVISÓRIA DE ELETRICIDADE***

As instalações elétricas serão objeto de projeto específico que terá que ser submetido à aprovação das entidades competentes.

Para os trabalhos que se realizarem em período noturno, o projeto das instalações elétricas deverá definir qual o sistema de iluminação a utilizar nas frentes de trabalho e nos caminhos de acesso e circulação de viaturas e de trabalhadores.

#### ***VITRINA PARA AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÃO***

No Estaleiro será obrigatoriamente montada pelo menos uma vitrina, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida por lei e a prevista neste *Plano de Segurança e de Saúde* e Caderno de Encargos.

#### ***LIMPEZA E RECOLHA DE LIXOS***

Deve ser dada especial atenção às condições de trabalho dos trabalhadores, prevendo os meios necessários para manutenção e conservação de todas as instalações sociais e para uma adequada limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhadores, incluindo as zonas de trabalho.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá prever a recolha dos lixos em recipientes fechados e providenciar a sua remoção diária. A remoção deverá ser feita pelos serviços camarários devendo a Entidade Executante/Adjudicatário diligenciar, junto dos mesmos, tal serviço.



### **CIRCULAÇÕES INTERNAS**

O *Projeto de Estaleiro* integrará a definição dos caminhos de circulação internos, devendo ser considerado o faseamento dos trabalhos e a necessidade de acesso de camiões.

### **ARQUIVO**

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 12, cópias de todos os *Projetos de Estaleiro* e alterações que sejam efetuadas.

## **4.2 - PLANO DE ACESSO, CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO**

Nos termos do Decreto-Lei nº 273/2003 devem adotar-se as medidas para garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores no Estaleiro, incluindo os elementos da Fiscalização e eventuais visitantes.

Conjuntamente com o *Projeto do Estaleiro*, a Entidade Executante/Adjudicatário preparará o *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização* por forma a programar a adoção de medidas capazes de garantir adequadas condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores, eventuais visitantes no Estaleiro e transeuntes nas imediações do Estaleiro tendo em conta a natureza, características, dimensão e localização das zonas da obra em causa.

O *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização* integrará plantas que identifiquem o Estaleiro (incluindo todas as zonas de trabalho), as vias rodoviárias existentes e os caminhos pedonais.

Na preparação do *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização* deverá ser considerado o seguinte:

- Identificar todos os acessos ao Estaleiro (viaturas e pessoas).
- Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao Estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. Não deve ser permitido em caso algum o atravessamento do Estaleiro por pessoas estranhas à obra.
- Prever a colocação dos dispositivos necessários para garantir a segurança na entrada e saída de viaturas no Estaleiro.

- Na definição dos caminhos de circulação deve ser considerada a movimentação de todos os materiais e equipamentos utilizados na obra.
- Os caminhos de circulação de veículos pesados devem, antes de utilizados, ser regularizados e compactados de forma a possuírem a capacidade portante necessária, sem que apresentem deformações excessivas.
- Os caminhos de terra batida no tempo seco devem ser regularmente regados de forma a evitar o levantamento de pó, e no tempo de chuvas, devem ser espalhados materiais adequados para evitar a criação de lamas.
- Todas as entradas no Estaleiro têm que ser sinalizadas proibindo a entrada a pessoas estranhas à obra e indicação do Equipamento de Proteção Individual de utilização obrigatória dentro do Estaleiro (no mínimo, capacete e botas com palmilha e biqueira de aço).

A sinalização do Estaleiro deve identificar:

- Zonas perigosas ou interditas, com identificação dos perigos;
- A obrigação de uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
- Caminhos pedonais para circulação de trabalhadores.
- Sinalização da localização dos meios de combate a incêndios.
- Localização das instalações do Estaleiro.

A sinalização de zonas públicas terá que ser submetida à aprovação da Fiscalização mas também à das entidades competentes para o efeito.

Sempre que as intervenções o justifiquem, deve ser preparado um plano de sinalização específico para o caso, definindo a sinalização necessária para garantir a segurança nos trabalhos a realizar. Estes planos de sinalização respeitarão a regulamentação aplicável, e serão sempre sujeitos a aprovação prévia, nos termos definidos no Caderno de Encargos.

O *Plano de Acesso, Sinalização e Circulação* deve ser estabelecido tendo em conta, nomeadamente, o estipulado no *Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho*, relativo às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Os sinais de segurança e de saúde a empregar no Estaleiro devem ser os previstos na

*Portaria 1456-A/95 de 11 de Dezembro e no Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro.*

Salvo disposições regulamentares contrárias, os sinais devem ser colocados à altura da visão, não devendo ser colocados mais do que três sinais juntos.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 13, cópias de todos os elementos que constituem o *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização*.

#### **4.3 - PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA NA VIA PÚBLICA**

Vai verificar-se a necessidade de efetuar desvios de trânsito, sendo que o Adjudicatário deve apresentar até 11 dias antes dos mesmos entrarem em funcionamento, o plano de sinalização temporária respetivo, para aprovação da Fiscalização

As recomendações ao Plano de Sinalização Temporária indicada neste ponto são meramente indicativas e têm como objetivo principal sensibilizar o Adjudicatário para as linhas gerais que deverá observar.

Sempre que a duração ou o impacto das intervenções o justifiquem (como, por exemplo, nos desvios / condicionamentos provisórios de trânsito a efetuar), ou sempre que a Fiscalização ou o Coordenador de Segurança o considerem necessário, deve ser preparado um *Plano de Sinalização Temporária na via Pública* específico para o caso, definindo a sinalização necessária para garantir a segurança nos trabalhos a realizar.

Estes *Planos de Sinalização Temporária na Via Pública* serão sempre sujeitos a aprovação prévia da Fiscalização, com suficiente antecedência, de modo a poder obter atempadamente o acordo das entidades policial (PSP ou GNR-BT) e autárquica, nos termos definidos no Caderno de Encargos.

Os *Planos de Sinalização Temporária na Via Pública* devem ser elaborados tendo em conta:

- As condicionantes do local e o previsto na legislação e regulamentos aplicáveis, nomeadamente:
  - **Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro** - Regulamento de Sinalização do Trânsito. Com a nova redação, dada pelo **Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de Agosto**.
  - Manual de Sinalização Temporária da ex-JAE.

- Para demarcação e guiamento das vias de trânsito deverão ser utilizados, preferencialmente as barreiras de guiamento amovíveis e mini-balizadores refletorizados.
- Sempre que haja eliminação de uma, ou mais via(s) de trânsito ou a criação de desvios de trânsito, a sinalização da demarcação e guiamento do trânsito da(s) via(s) eliminada(s) deverá ser apoiada por recurso a sinalização luminosa intermitente, vulgo sequenciais.
- A separação das vias de trânsito de veículos das zonas de trabalho deverá ser feita com perfis rígidos tipo “New Jersey” (sempre que possível, deverão ser cravados ao solo) alternados com perfis móveis de plásticos.
- A sinalização horizontal temporária deverá ser efetuada, preferencialmente, com recurso a fita adesiva amarela associada a marcadores refletorizados.

Independentemente do acima exposto, toda e qualquer intervenção da obra com impacto sobre a circulação em via pública de veículos ou de peões, deverá ser objeto de autorização explícita da Fiscalização e conhecimento / aprovação pelas autoridades locais (PSP/GNR-BT e autarquia local).

A Entidade Executante/Adjudicatário terá de garantir que no âmbito dos desvios provisórios de trânsito, os equipamentos de segurança utilizados deverão estar sempre em ordem, de acordo com o projeto e a legislação em vigor, e para isso deverá fazer todas as diligências necessárias.

O Empreiteiro arquivará no anexo 14, cópias de todos os elementos que constituem os Planos de Sinalização Temporária na Via Pública. Os Planos de Sinalização Temporária da Via Pública deverão conter os requisitos de inspeção e manutenção da sinalização e dispositivos de controlo do trânsito instalados.

#### **4.4 - CONTROLO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO**

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá assegurar que todos os equipamentos de apoio existentes no estaleiro estejam em bom estado de funcionamento.

Sempre que um equipamento não tenha a revisão em dia ou seja observado qualquer anomalia grave no todo ou em algum dos seus componentes que possa por em risco o operador desse equipamento e/ou outros trabalhadores, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário tomar as medidas necessárias para evitar a utilização desse equipamento, através da sua imobilização, remoção do local de utilização, caso possível,

ou colocação sobre esse equipamento em local bem visível, de um autocolante com a inscrição a vermelho de “AVARIADO” ou outra indicação equivalente.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário:

- Incentivar os operadores dos equipamentos a zelarem pelo bom funcionamento dos equipamentos que operam / utilizam e a comunicarem toda e qualquer anomalia que detetem;
- Proceder ao controlo de todos os equipamentos de Estaleiro (próprios e dos seus subempreiteiros / tarefeiros) com a periodicidade semanal;
- Efetuar prontamente as correções das anomalias detetadas.

É responsabilidade da Fiscalização assegurar que a Entidade Executante/Adjudicatário procede ao *Controlo dos Equipamentos de Apoio* com a periodicidade estabelecida, aprovando os registos efetuados na posição reservada para o efeito.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará os Registos do Controlo dos Equipamentos de Apoio no anexo 15.

#### **4.5 - PLANOS DE PROTEÇÕES COLETIVAS**

A Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde em vigor determina a necessidade de o empregador aplicar, entre outras, as medidas necessárias de proteção colectiva visando a redução de riscos profissionais. Nesse diploma legal prevê-se também como princípio de prevenção geral que o empregador deve dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual.

O *Plano de Proteções Coletivas* a desenvolver pela Entidade executante/Adjudicatário deverá definir objetivamente os equipamentos de proteção coletiva a empregar que deverão ser devidamente dimensionados e especificados, e identificar claramente os respetivos locais de implantação, em função dos riscos a que os trabalhadores poderão estar expostos. (risco de queda em altura, risco de queda de objetos, risco de eletrização / eletrocussão, risco de atropelamento, etc.). Os locais de implantação devem ser marcados sobre plantas do Estaleiro (incluindo zonas de trabalho) indicando qual a proteção a utilizar em cada caso.

Sem prejuízo de outras proteções que a Entidade Executante/Adjudicatário entenda necessário, ou que a Fiscalização e/ou Coordenador de Segurança da Obra determine, no estabelecimento do *Plano de Proteções Coletivas*, a Entidade Executante/Adjudicatário deve atender às seguintes:

- Montar, em todos os trabalhos junto a vias com circulação de viaturas motorizadas, vedações provisórias de resguardo entre zonas de trabalho e essas vias.
- Todas as zonas com risco de queda em altura devem ser protegidas com sistemas de proteções coletivas adequadas, através da utilização de redes de segurança, “linhas de vida” (cabos de aço fixos em pontos com capacidade resistente, onde os trabalhadores possam fixar os arneses de segurança), guarda-corpos.
- Todas as zonas com risco de queda de objetos para vias de circulação rodoviária devem ser protegidas com sistemas de proteção coletiva adequadas, através da utilização de redes de segurança.
- Sempre que sejam utilizados guarda-corpos, estes deverão ser constituídos por elementos horizontais (barra superior a 1,00 metro acima da plataforma de trabalho, barra intermédia a 0,45 metros acima da mesma plataforma e rodapé com 0,15 metros de altura) e elementos verticais rígidos. Os elementos horizontais (superiores e intermédios) deverão ser constituídos por material que resista a uma força horizontal de 1,50 kN/m, e os elementos verticais por material que resista à força resultante dos elementos horizontais que neles se apoiam. Entre os rodapés e os pavimentos respetivos não poderão existir folgas superiores a 0,5 cm.

As medidas de proteção coletiva incluídas noutros Planos, não necessitam de ser descritas no *Plano de Proteções Coletivas*, devendo no entanto este Plano fazer referência à sua existência e onde foram consideradas.

Os *Planos de Proteções Coletivas* devem ser mantidos atualizados competindo ao Entidade Executante/Adjudicatário proceder à sua revisão / atualização face à evolução dos trabalhos.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 16, os *Planos de Proteções Coletivas* preparados e implementados, devendo ser notado sobre os mesmos as fases a que cada um deles respeita.

#### 4.6 - PLANOS E REGISTOS DE MONITORIZAÇÃO E PREVENÇÃO

Os *Planos de Monitorização e Prevenção* visam estabelecer para os elementos / operações de construção com riscos associados, as medidas preventivas a adotar face a esses riscos, assim como estabelecer o processo de registo de forma a comprovar a execução das medidas previstas.

##### **PLANOS DE MONITORIZAÇÃO E PREVENÇÃO**

Com os *Planos de Monitorização e Prevenção* pretende-se identificar os riscos e planear as respetivas medidas preventivas associadas à execução de cada elemento / operação de construção.

Para a sua preparação deve ser utilizado o *modelo S12*, incluído no anexo 1 deste documento.

*Todas as fichas deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com Número) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição indicada por Número de página / Total de páginas deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efetuado.*

*Na utilização sistemática desta ficha, dever-se-á ter em conta o seguinte:*

**Elemento / Operação de construção:** Descrição do elemento ou operação de construção a que a ficha respeita.

**Código:** Código da ficha a que corresponde a operação / elemento de construção, conforme codificação refletindo a estrutura organizacional das operações e elementos de construção a definir pela Entidade Executante/Adjudicatário.

**Verificações / tarefas:** Relação das verificações e/ou tarefas a realizar para controlar a segurança da operação ou elemento de construção a que a ficha se refere. O conjunto de verificações / tarefas deverá ser ordenado atendendo à sequência lógica de execução dos trabalhos.



**Riscos:** Nesta posição dever-se-ão identificar e descrever sucintamente os riscos correspondentes a cada verificação / tarefa listada na coluna anterior.

**Documentos de referência:** Para cada risco identificado na coluna anterior, registrar-se-ão, sempre que aplicável, os documentos de apoio à realização de cada verificação / tarefa listada, e que deverão ser tomados como referência para a definição das respetivas medidas corretivas / preventivas a considerar. Estes documentos podem ser regulamentos, normas (nacionais, europeias, internacionais), especificações técnicas (gerais ou referenciadas no Projeto), documentos de homologação, bibliografia técnica, entre outros.

**Ações de corretivas / preventivas:** Registam-se nesta posição as respetivas ações ou medidas de prevenção e/ou proteção a aplicar, tendo em conta os documentos de referência aplicáveis a cada risco identificado. Essas medidas podem ser de proteção coletiva, individual ou outra, sendo que no que respeita às proteções coletivas dever-se-á indicar apenas aquelas que não constam do Plano de Proteções Coletivas atrás referido. Para cada risco poderão determinar-se várias ações de prevenção / proteção.

**Resp.:** Designação do responsável pela verificação em causa (em geral, o encarregado da frente de trabalho).

**Frequência de inspeção:** Posição destinada ao registo da periodicidade com que deve ser efetuada cada verificação / tarefa e controlados os riscos e respetivas medidas preventivas que lhe estão associados.

**PP:** Nesta coluna deverá a Fiscalização assinalar com uma cruz (×) se a verificação em causa, pela sua importância, deva constituir um *Ponto de Paragem* (PP) dos trabalhos. Nesse caso os trabalhos só poderão ser retomados com a intervenção dos elementos indicados na definição de funções com qualificações e competência para avaliar e autorizar o prosseguimento dos mesmos. Na apreciação dos *Planos de Monitorização e Prevenção*, a Fiscalização determinará quais as verificações / tarefas que constituem *Pontos de Paragem*, podendo também o Coordenador de Segurança da Obra determinar os Pontos de Paragem que entenda necessários.

**Preparado por:** Zona destinada a ser rubricada e datada pelo elemento da Entidade Executante/Adjudicatário responsável pela preparação da ficha em causa.

**Verificado por:** Zona destinada a ser rubricada e datada pelo Diretor Técnico da Empreitada.



**Aprovado por:** Zona destinada a ser rubricada e datada pela Fiscalização e/ou Coordenador de Segurança da Obra.

Até 11 (onze) dias antes de iniciado qualquer trabalho relevante, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário submeter à aprovação da Fiscalização a respectiva ficha de *Plano de Monitorização e Prevenção*.

Consideram-se relevantes, nomeadamente, os trabalhos identificados na lista não exaustiva incluída no anexo 1 deste documento, a qual deverá ser complementada ao longo da obra quer por iniciativa da Entidade Executante/Adjudicatário quer por determinação da Fiscalização e/ou Coordenador de Segurança da Obra. Para todos estes trabalhos a Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar os respetivos *Planos de Monitorização e Prevenção*.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá arquivar no anexo 18 cópia dessa lista de trabalhos relevantes, complementando-a com outros de acordo com o referido, e bem assim todas as fichas de *Planos de Monitorização e Prevenção* da obra devidamente elaboradas, assinadas e datadas.

### **REGISTO DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO**

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário proceder à verificação da execução dos elementos / operações de construção de acordo com os *Planos de Monitorização e Prevenção* estabelecidos, assim como registar as ações realizadas e respetivos resultados das inspeções, medições e ensaios efetuados no âmbito de cada verificação.

Para registar a realização das verificações / tarefas previstas nos Planos de Monitorização e Prevenção, para cada elemento / operação de construção será utilizado o modelo S16 incluído no anexo 1 deste documento.

Todas as fichas deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com Número) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição indicada por Número de página / Total de páginas deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efetuado.

Na utilização sistemática desta ficha, dever-se-á ter em conta o seguinte:

**Elemento / Operação de construção:** Descrição do elemento ou operação de construção a que o registo respeita. Deverá inscrever-se a mesma descrição que consta na correspondente ficha do *Plano de Monitorização e Prevenção*.

**Código:** Código da ficha a que corresponde o elemento / operação de construção a que respeitar o registo (igual ao da ficha de *Planos de Monitorização e Prevenção* na qual se baseou o registo).

**Localização / Atividade:** Um elemento ou operação construção pode repetir-se várias vezes numa obra. Nesses casos deve ser preparada apenas uma ficha de *Plano de Monitorização e Prevenção* para esse elemento ou operação de construção. No entanto os *Registos de Monitorização e Prevenção* devem ser efetuados cada vez que esse elemento ou operação construção é executado. O campo *Localização / Atividade* serve para registar a localização do elemento ou operação a que o registo respeita.

**Verificações / tarefas:** Relação das verificações e/ou tarefas que constam da correspondente ficha do *Plano de Monitorização e Prevenção*.

**PP:** Coluna destinada a assinalar com uma cruz (x), as verificações / tarefas que constituem *Pontos de Paragem*, conforme definido nos respetivos *Planos de Monitorização e Prevenção*. Estas verificações exigem a intervenção dos elementos indicados na definição de funções com qualificações e competência para avaliar e autorizar o prosseguimento dos trabalhos.

**Controlo da Entidade Executante/Adjudicatário:** Para cada verificação / tarefa deverá registar-se a sua conformidade ou não com as especificações constantes na ficha do respetivo *Plano de Monitorização e Prevenção*. No caso de ser observada uma conformidade, assinala-se essa situação com uma cruz (x) na coluna (*Conf.*). Caso contrário, inscreve-se o número da não conformidade na coluna "*N.º NC*". Neste último caso será então aberta uma ficha de não conformidade seguindo-se o procedimento referido no ponto a seguir. Em qualquer dos casos, o responsável pelo controlo e verificação em causa deve assinar / rubricar na coluna reservada para o efeito e inscrever a data respetiva.

**Controlo da Fiscalização:** Sempre que a Fiscalização entenda poderá também registar as verificações / tarefas na coluna indicada para o efeito. Essas verificações / tarefas são obrigatórias quando se trate de uma posição assinalada com Ponto de Paragem (PP), devendo neste caso a Entidade Executante/Adjudicatário não prosseguir com o trabalho e solicitar a presença da Fiscalização. A forma de utilização desta coluna é em tudo idêntico ao descrito na posição anterior.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário:

- Proceder ao controlo conforme as verificações / tarefas previstas nos *Planos de Monitorização e Prevenção*. O controlo correspondente às verificações identificadas como Ponto de Paragem (PP) tem que ser objeto de reverificação por elemento da Entidade Executante/Adjudicatário com qualificação de Engenheiro.
- Efetuar os registos das ações de controlo desenvolvidas.
- Registrar todas as não conformidades que ocorram.

Cabe à Fiscalização a responsabilidade de acompanhar / certificar o cumprimento das ações desenvolvidas pela Entidade Executante/Adjudicatário confirmando no mínimo as verificações identificadas como Pontos de Paragem (PP). A Fiscalização sempre que considere justificável, deve ordenar que a Entidade Executante/Adjudicatário proceda à elaboração de Registos de Não Conformidade. Em caso de dúvida, a Fiscalização poderá elaborar esses registos, obrigando-se a Entidade Executante/Adjudicatário a juntá-los ao processo e tomar as ações correspondentes.

Cada elemento ou operação de construção a controlar dará origem a tantas fichas quantas as vezes esse elemento ou operação de construção se repetir, podendo no entanto considerar-se grupos de operações ou elementos de construção, quando executados em conjunto (por exemplo, duas frentes de escavação).

Os *Registos de Monitorização e Prevenção* deverão ser arquivados pela Entidade Executante/Adjudicatário no anexo 19. O arquivo será organizado de acordo com o sistema de codificação dos elementos / operações de construção estabelecido pela Entidade Executante/Adjudicatário e aceite pela Fiscalização.

#### **4.7 - REGISTOS DE NÃO CONFORMIDADE E AÇÕES CORRETIVAS / PREVENTIVAS**

Sempre que a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança da Obra considerar que uma não conformidade apresenta gravidade significativa (requerendo ações corretivas / preventivas importantes) ou que embora de menor gravidade corresponda a uma situação de reincidência, registar-se-á o facto em cópias do *modelo S17*, ou em modelo próprio da Entidade Executante incluído no anexo 1 deste documento.

Todas as fichas deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com Número) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição

indicada por Número de página / Total de páginas deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efetuado.

Na utilização sistemática desta ficha, dever-se-á ter em conta o seguinte:

**Descrição da não conformidade:** Zona destinada à descrição da não conformidade. Essa descrição deverá ser sucinta, precisa e clara de forma a não haver dúvidas sobre a sua interpretação.

**Descrição das ações corretivas ou preventivas:** Zona destinada à descrição das ações corretivas ou preventivas a implementar para corrigir a não conformidade, devendo ser indicada a data até à qual as ações descritas devem ser implementadas.

**Execução das ações corretiva/preventivas:** Zona destinada a confirmar a execução das ações realizadas.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário:

- Identificar e descrever as não conformidades.
- Propor e acordar com a Fiscalização as ações corretivas / preventivas a executar.
- Desenvolver dentro do prazo acordado as ações corretivas / preventivas.
- Verificar a eficácia das ações preventivas.
- Analisar as causas das não conformidades.

Providenciar a implementação de ações para eliminar as causas reais e/ou potenciais das não conformidades.

É responsabilidade da Fiscalização:

- Acordar com a Entidade Executante/Adjudicatário ou determinar medidas preventivas suplementares.
- Analisar a eficácia das medidas preventivas.
- Decidir sobre as ações corretivas / preventivas a implementar. Quando justificável, a Fiscalização deverá comunicar ao Dono da Obra as ocorrências, que deverá pronunciar-se determinando as medidas que entenda adequadas.
- Analisar a eficácia das ações corretivas / preventivas implementadas no caso de não conformidades de gravidade significativa.

Os *Registos de Não conformidade e Ações Corretivas e Preventivas* deverão ser arquivados pela Entidade Executante/Adjudicatário no anexo 20.

## **4.8 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES**

### ***IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES***

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário identificar todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos Subempreiteiros, tarefeiros e trabalhadores independentes, caso existam.

### ***EXAMES MÉDICOS DOS TRABALHADORES***

Nos termos da legislação vigente constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos, devendo para tal promover a realização de exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores, bem como a repercussão do trabalho e das suas condições na saúde do trabalhador.

É assim obrigação da Entidade Executante/Adjudicatário assegurar que cada trabalhador da obra possui aptidão física e psíquica para o exercício das suas funções.

Os trabalhadores que sofram acidentes que resultem em incapacidade temporária por um período superior a 30 (trinta) dias devem, antes de regressar ao trabalho ser sujeitos a inspeção médica.

É responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário proceder à verificação das fichas individuais de todos os trabalhadores na primeira semana de cada mês de forma a garantir que todos os trabalhadores têm as inspeções médicas válidas.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá também organizar uma lista com todos os trabalhadores da obra (próprios, subempreiteiros, tarefeiros, trabalhadores independentes), constituída pelo menos pelas seguintes colunas de informação: número de ordem, nome do trabalhador, data da última inspeção médica, menção apto ou não apto, data da próxima inspeção médica, registo de número de ordem de substituição (caso um dado trabalhador seja sujeito a nova inspeção e incluído novamente noutra posição da mesma lista). Todas as folhas desta lista deverão ser assinadas e datadas pelo Médico do Trabalho e pelo Diretor Técnico da Empreitada.

No anexo 21 deve ser arquivada essa lista com todos os trabalhadores incluídos e contendo todos os dados mencionados e devidamente assinadas pelo Médico do

Trabalho, podendo utilizar para efeitos de controlo o *modelo S09* incluído no [anexo 1](#) deste documento complementado com a outra documentação acima referida.

#### **4.9 - PLANO DE PROTEÇÕES INDIVIDUAIS**

Por Equipamento de Proteção Individual (EPI) entende-se qualquer equipamento ou seu acessório destinado a uso pessoal do trabalhador para proteção contra riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde no desempenho das tarefas que lhe estão cometidas.

Os EPI devem ser utilizados sempre que os riscos existentes não puderem ser evitados de forma satisfatória por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho (o Decreto-Lei nº 348/93 de 1 de Outubro e a Portaria 988/93 de 6 de Outubro, definem regras de utilização dos equipamentos de proteção individual). Os EPI devem ser utilizados também como medidas preventivas complementares de outras sempre que se considere justificável.

Na definição dos EPI que cada trabalhador deverá utilizar, deverão distinguir-se os de uso permanente e os de uso temporário. Os primeiros destinam-se a serem utilizados durante a permanência de qualquer trabalhador no Estaleiro, considerando-se no mínimo o capacete de proteção, botas com palmilha e biqueira de aço, vestuário de alta visibilidade na cor laranja. Os segundos serão utilizados pelo trabalhador dependendo do tipo de tarefa que desempenha (por exemplo, uso de protetores auriculares quando em ambientes com elevada intensidade sonora) e dependendo das condições de trabalho excecionais a que este possa vir a estar sujeito (por exemplo, uso de arneses de segurança na execução de trabalhos em altura em que não possam ser adotadas medidas de proteção coletiva).

Antes da utilização de qualquer EPI, a Direção Técnica da Empreitada terá que assegurar que são transmitidas ao trabalhador que vai utilizar o EPI todas as instruções necessárias para o correto uso do equipamento e os riscos que esses EPI pretendem proteger face às tarefas que cada trabalhador irá desempenhar. Ao trabalhador caberá a responsabilidade de respeitar as instruções de utilização e participar todas as anomalias ou defeitos que detete no equipamento.

O Entidade Executante/Adjudicatário registará a distribuição de EPI a todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, tarefeiros e trabalhadores

independentes. Para tal utilizará o *modelo S10* incluído no *anexo 1* deste documento. No ato da entrega de Equipamentos de Proteção Individual, cada trabalhador deverá assinar a sua receção, competindo ao empregador, nos termos da legislação em vigor, informar aquele dos riscos que cada EPI visa proteger. Nesse ato o trabalhador deverá também tomar conhecimento das suas obrigações assinando a declaração que consta nas fichas de Distribuição de EPI.

Os registos de distribuição de EPI serão arquivados no *anexo 22*.

### ***CAPACETES DE PROTEÇÃO***

Para permitir a identificação de cada trabalhador em função da sua categoria profissional, a Entidade Executante/Adjudicatário utilizará na obra um sistema de cores de capacetes diferenciados.

#### **4.10 - FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES**

Nos termos da Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a formação e informação dos trabalhadores tendo em conta as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam.

Atendendo às características dos trabalhos a realizar, ao prazo de execução da empreitada, às condicionantes existentes e aos métodos e processos construtivos, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá preparar, após a data da consignação, um *Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores*.

O *Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores* poderá incluir ações de diversos tipos, nomeadamente:

- ações de sensibilização da generalidade dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho;
- afixação de informações gerais sobre a segurança no trabalho, realçando aspetos essenciais;
- incluir a calendarização de reuniões periódicas por grupos de trabalhadores;
- proporcionar formação específica a trabalhadores sempre que se justifique;



- proporcionar formação adequada a trabalhadores com tarefas específicas no âmbito da segurança e saúde (técnico de prevenção, socorrista, etc.).

Todas as ações do âmbito da Formação e Informação dos Trabalhadores devem ser registadas, incluindo nomeadamente, registos de presenças, tema abordado, duração, etc..

### **AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO**

As ações de sensibilização deverão ter lugar, num dos primeiros dias da abertura do Estaleiro, e durante a execução dos trabalhos com periodicidade previamente definida. É recomendável que as ações de sensibilização não sejam muito longas.

O Diretor Técnico da Empreitada deverá transmitir ao coletivo dos trabalhadores (incluindo os dos subempreiteiros e trabalhadores independentes), a Política da Segurança no Trabalho que definiu para a obra. Deverá também apresentar de forma sucinta, os aspetos essenciais contidos no *Plano de Segurança e de Saúde* da empreitada e que interessem à generalidade dos trabalhadores.

Sempre que, no decurso da execução da obra, um novo trabalhador seja integrado no Estaleiro, o Diretor Técnico da Empreitada deverá também garantir que lhe são fornecidas informações gerais sobre segurança e saúde nesta empreitada.

A todos os trabalhadores da obra, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá entregar no momento de entrada, um Folheto de Acolhimento, em formato tão reduzido quanto possível mas legível, contendo informação, nomeadamente, sobre: mensagem de boas vindas, subscrita pelo Diretor Técnico da Empreitada, organograma nominal da obra (preferencialmente incluindo fotografias), principais características da empreitada, plantas do estaleiro de apoio com indicação expressa das diferentes instalações, telefones de emergência, equipamento de proteção individual de uso permanente por todos os trabalhadores, regras a seguir em caso de acidente.

### **AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Deve ser prevista a afixação, nomeadamente na vitrina prevista no ponto referente ao Projeto do Estaleiro e noutros locais de grande visibilidade pelos trabalhadores, de informações gerais realçando aspetos essenciais do *Plano de Segurança e de Saúde* da empreitada.

Na referida vitrina, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá afixar também os



seguintes documentos:

- Comunicação Prévia;
- Horário de Trabalho;
- Quadro com registo de telefones de emergência;
- Figuras com referências a aspetos específicos sobre a realização de trabalhos em curso;

#### ***REUNIÕES PERIÓDICAS POR GRUPOS DE TRABALHADORES***

Para além das ações de sensibilização dirigidas a todos os trabalhadores da obra, deverão também prever-se reuniões periódicas com grupos de trabalhadores, preferencialmente nos próprios locais de trabalho. Em particular, tratando-se de trabalhos junto a vias em operação (rodoviárias ou ferroviárias), antes de iniciado qualquer trabalho a Entidade Executante/Adjudicatário terá que fazer uma ação com todos os trabalhadores intervenientes na intervenção em causa e no próprio local dos trabalhos.

Consoante as características dos trabalhos e número de trabalhadores existentes no Estaleiro, estes grupos poderão ser constituídos por categorias profissionais ou por tipos de trabalho que executam. Nestas reuniões deverão ser analisadas as fichas de Procedimentos de Inspeção e Prevenção aplicáveis aos trabalhos que o grupo de trabalhadores irá executar. A duração destas reuniões dependerá da complexidade de cada tipo de trabalho, devendo em regra cingir-se ao mínimo necessário.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 23 todos os documentos desenvolvidos no âmbito da *Formação e Informação dos Trabalhadores*, nomeadamente calendarizações de ações, assim como os registos comprovativos da realização das mesmas.

#### **4.11 - PLANO DE REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE**

Sempre que ocorra um acidente de trabalho que tenha que ser participado à Companhia de Seguros deve ser efetuado um inquérito registando-se todas as informações relevantes que permitam uma análise detalhada desse acidente.

A Entidade Executante/Adjudicatário poderá utilizar para o efeito o *modelo S18a* incluído no anexo 1 deste documento, ou outro registo interno que contenha as informações necessárias.

### **COMUNICAÇÃO E REGISTO DE ACIDENTES**

É competência da Entidade Executante/Adjudicatário registar os acidentes de trabalho que tenham que ser participados à Companhia de Seguros.

### **ÍNDICES DE SINISTRALIDADE LABORAL**

A Entidade Executante/Adjudicatário registará todos os dados necessários para determinar os principais Índices de Sinistralidade Laboral, utilizando para o efeito o *modelo S20b* incluído no anexo 1, deste documento ou outro contendo no mínimo a informação constante daquele.

Na utilização desse quadro, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá considerar o que o seguinte:

- a) Consideram-se todos os acidentes declarados às Companhias de Seguros;
- b) No caso de acidente envolvendo mais do que um trabalhador, o número de acidentes de trabalho são tantos quantos os sinistrados.
- c) Na contagem do número de dias de trabalho perdidos não se considera o dia da ocorrência do acidente nem o do regresso ao trabalho.
- d) Tratando-se de acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores de subempreiteiros ou de sucessiva cadeia de subcontratação, ou ainda de trabalhadores independentes, no número de dias perdidos serão contabilizados todos os dias de trabalho até ao final do contrato desse subempreiteiro (ou sucessiva cadeia de subcontratação) ou desse trabalhador independente. Em qualquer dos casos, o limite para a contagem do número de dias de trabalho perdidos termina na data de receção provisória da empreitada ou, caso aplicável, da última receção provisória parcial.

A informação contida nesse quadro possui o significado que se apresenta a seguir:

- (1) Ano a que respeita a informação.
- (2) Mês a que respeita a informação.
- (3) N.º médio de pessoas na obra, incluindo técnicos e administrativos, trabalhadores dos subempreiteiros e sucessiva cadeia de subcontratação, e trabalhadores independentes. É calculado pela média aritmética do número de trabalhadores existentes em cada um dos dias desse mês.
- (4) N.º total de pessoas-hora trabalhadas no mês. Determina-se a partir de folhas diárias de permanência de cada trabalhador em obra (folhas de controlo de assiduidade). Trata-se de registar o número total de horas de exposição a risco de todos os trabalhadores existentes no Estaleiro.

- (5) N.º acidentes mortais ocorridos no mês.
- (6) N.º acidentes não mortais sem baixa.
- (7) N.º acidentes não mortais com 1 ou mais dias de baixa.
- (8) N.º acidentes não mortais com mais de 3 dias de baixa.
- (9) N.º total de acidentes de trabalho ocorridos (Mortais e não mortais).
- (10) N.º de dias de trabalho perdidos nos acidentes com 3 ou menos dias de baixa.
- (11) N.º de dias de trabalho perdidos nos acidentes com mais 3 de dias de baixa.
- (12) N.º total de dias perdidos com todos os acidentes não mortais, com baixa.
- (13) Índice de Incidência dos acidentes mortais e não mortais.
- (14) Índice de Incidência dos acidentes mortais e não mortais com mais de 1 dia de baixa.
- (15) Índice de Incidência dos acidentes mortais e não mortais com mais de 3 dias de baixa.
- (16) Índice de Frequência dos acidentes mortais e não mortais.
- (17) Índice de Frequência dos acidentes mortais e não mortais com mais de 1 dia de baixa.
- (18) Índice de Frequência dos acidentes mortais e não mortais com mais de 3 dias de baixa.
- (19) Índice de Gravidade dos acidentes mortais e não mortais.
- (20) Índice de Gravidade dos acidentes mortais e não mortais com mais de 3 dias de baixa.
- (21) Índice de Duração de todos os acidentes não mortais com mais de 1 dia de baixa.
- (22) Índice de Duração dos acidentes não mortais com mais de 3 dias de baixa.

O *Índice de Incidência* (II) é o número de acidentes ocorridos num dado período por cada mil trabalhadores expostos a risco no mesmo período. É calculado pela seguinte expressão:

$$II = \frac{N.º \text{ acidentes} \times 1\,000}{N.º \text{ Trabalhadores}}$$

O *Índice de Frequência* (IF) é o número de acidentes ocorridos num dado período em cada milhão de pessoas-hora trabalhadas no mesmo período, traduzindo a probabilidade de ocorrência de acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IF = \frac{N.º \text{ acidentes} \times 1\,000\,000}{N.º \text{ Pessoas-hora trabalhadas}}$$

O *Índice de Gravidade* (IG) é o número de dias de trabalho perdidos pelo conjunto de trabalhadores acidentados num dado período em cada mil pessoas-hora trabalhadas nesse mesmo período, traduzindo as consequências dos acidentes. É calculado pela seguinte expressão, considerando-se que cada acidente mortal equivale a uma perda de 7500 dias de trabalho (penalização estatística):

$$IG = \frac{(N.º \text{ dias perdidos} + N.º \text{ Acid. mortais} \times 7500) \times 1\,000}{N.º \text{ Pessoas-hora trabalhadas}}$$

O *Índice de Duração* (ID) dos acidentes de trabalho é o número médio de dias de trabalho perdidos por cada acidente de trabalho com baixa (não considerando os acidentes de trabalho mortais e os correspondentes dias perdidos de penalização estatística), realçando a gravidade dos acidentes com baixa ocorridos. É calculado pela seguinte expressão:

$$ID = \frac{N.º \text{ dias perdidos}}{N.º \text{ acidentes com baixa}}$$

Os resultados obtidos deverão ser objeto de análise em reuniões da Comissão de Segurança de Obra, procurando-se determinar as causas dos acidentes ocorridos e, sempre que a situação recomende, melhorar as técnicas de segurança e de saúde a aplicar visando evitar ou eliminar potenciais riscos.

A Entidade Executante/Adjudicatário atualizará no final de cada mês um ficheiro (formato *Excel*) com os dados relativos aos acidentes e índices de sinistralidade laboral, que deverá solicitar à Fiscalização em *CD* ou o envio por e-mail. Após cada atualização, a Entidade Executante/Adjudicatário procederá à entrega ou envio por e-mail do referido ficheiro à Fiscalização.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 24 os quadros de Índices, os Registos dos Acidentes de Trabalho ocorridos, incluindo os relatórios das investigações dos acidentes, assim como toda a documentação relacionada com cada acidente.

#### **4.12 - PLANO DE VISITANTES**

A entrada no Estaleiro de pessoas estranhas à execução da empreitada requer autorização do Dono da Obra, e serem do conhecimento da Fiscalização e do Diretor Técnico da Empreitada, o qual deverá assegurar que os visitantes:

- São acompanhados por pessoa conhecedora do Estaleiro.
- Utilizam o equipamento de proteção individual obrigatório (de uso permanente), incluindo capacete de proteção contendo na frente a inscrição "Visitante" que a Entidade Executante/Adjudicatário deverá dispor em permanência e em bom estado, no mínimo de 20.
- Foram elucidados sobre os caminhos que devem utilizar e zonas de perigo.
- Este plano será apresentado no âmbito de desenvolvimento / adaptação de PSS, por forma a ser aprovado antes da consignação.

Eventuais documentos preparados no âmbito de *Planos de Visitantes* serão arquivados pela Entidade Executante/Adjudicatário no anexo 25.

#### **4.13 - PLANO DE EMERGÊNCIA**

Nos termos da legislação em vigor, constitui obrigação do empregador o estabelecimento das medidas a adotar em caso de ocorrência de acidentes.

A Entidade Executante/Adjudicatário preparará após a data da consignação um *Plano de Emergência* estabelecendo as medidas a aplicar em caso de acidente, o qual deve prever, nomeadamente, o seguinte:

- Afixação na vitrina e junto aos telefones que existam no Estaleiro, lista de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Fiscalização, Coordenador de Segurança da Obra, Diretor da Técnico da Empreitada, Encarregado Geral.
- Sinalização de segurança identificando, nomeadamente os meios de combate a incêndios e o posto de primeiros socorros (fixo ou móvel).
- Identificação de elementos com formação em prestação de primeiros socorros (socorristas do trabalho) e respetivos meios disponibilizados a estes para rápida comunicação.

- Prever um sistema de comunicação eficaz entre o Estaleiro principal com as várias frentes de trabalho, identificando os trabalhadores envolvidos na operacionalidade do sistema de comunicação. Esses trabalhadores têm que possuir meio de comunicação rápida e lista de meios de socorro e respetivos contactos para poderem solicitar a intervenção dos meios de socorro necessários em situação de acidente.
- Deve evitar-se trabalhadores isolados, sendo as equipas de trabalho constituídas no mínimo por 2 trabalhadores.
- Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e de todo o pessoal da obra em caso de ocorrência de catástrofe (por exemplo, incêndio, explosão, inundação).

No caso de obras com frentes de trabalho em locais não servidos diretamente por vias públicas e outros de difícil referência à sua localização exata, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário promover os contactos necessários com os bombeiros locais entregando-lhes uma cópia do Plano de Emergência e sempre que possível acompanhar estes numa visita a essas frentes de trabalho determinando-se em conjunto as placas de sinalização necessárias para se chegar às frentes de trabalho.

Os documentos preparados no âmbito do *Plano de Emergência* serão arquivados pela Entidade Executante/Adjudicatário no anexo 26.

#### **4.14 - PLANOS DE ESCAVAÇÕES**

A empreitada integra a execução de escavações a céu aberto aos quais estão associados riscos de desprendimento de terras, soterramento e queda de equipamentos, nomeadamente quando se trabalhar em valas e escavações para maciços de fundação.

Antes de iniciar qualquer trabalho de escavações com riscos associados, sem prejuízo de exigências legalmente estabelecidas, a Entidade Executante/Adjudicatário tem que elaborar o respetivo *Plano de Escavações*, que submeterá à aprovação prévia da Fiscalização, no qual tem que identificar, para a situação em causa:

- O faseamento de execução das escavações.
- Os processos e métodos de escavação e transporte a utilizar.

–As medidas preventivas necessárias para prevenir os riscos associados (queda de trabalhadores, soterramento, queda de equipamentos, ...) atendendo às características dos solos, às profundidades e topografia do terreno.

–Caso tenham sido identificados serviços afetados, as ações a desenvolver por forma a garantir a sua preservação.

–As zonas de depósitos dos solos escavados.

–Percursos de transporte de materiais de escavação.

Sem prejuízo de outros aspetos relevantes, os *Planos de Escavações* devem ser elaborados atendendo, nomeadamente, ao seguinte:

–Todas as escavações com mais de 1,00 m de profundidade têm que ter talude natural ou serem entivadas, devendo em qualquer dos casos "sanear-se" as paredes da escavação de elementos soltos.

–Deverão ser identificados os processos de entivação e respetivos cálculos justificativos das mesmas.

–Os equipamentos deverão circular sempre afastados das cristas dos taludes e dos limites superiores das valas. Essa delimitação deverá ser efetuada através de painéis autoportantes de rede metálica com 2,00 m de altura, devidamente fixados aos suportes e interligados com pelo menos dois acessórios apropriados de forma a impedir a sua remoção / vandalização e New Jerseys de betão com 6m de comprimento, alternados com PMP com 2m de comprimento, nos casos em que o risco de aproximação de máquinas seja mais elevado

–No cimo dos taludes acessíveis por pessoas da obra devem ser montadas guardas de segurança que garantam uma proteção coletiva adequada face ao risco de queda.

–Não devem ser depositados ou colocados materiais provenientes de escavação nem outros junto aos bordos superiores (cristas) dos taludes de escavação a menos de 0,60 metros destes.

–Produtos provenientes de desmatação combustíveis não poderão ser queimados no local da obra.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá arquivar no anexo 30, cópias dos *Planos de Escavações* e eventuais alterações dos mesmos.

#### **4.15 - PLANO DE CONTROLO E GESTÃO DE EFLUENTES, RESÍDUOS E EMISSÕES**

Da implantação da obra, previsivelmente, resultarão efluentes, resíduos e emissões de vários tipos e com impactes diferenciados. Alguns desses efluentes foram já considerados em termos do Projeto de Estaleiro, sendo que compete ao Empreiteiro providenciar a organização do estaleiro de modo a que os efluentes, resíduos e emissões produzidos sejam devidamente tratados de modo a minimizar impactes, implementando sistemas de identificação, controlo, recolha, transporte e envio para destino final adequado, privilegiando o reaproveitamento ou a reciclagem dos efluentes, resíduos e/ou componentes em que tal seja tecnicamente viável.

De modo a programar estas atividades e aferir e verificar a sua eficácia, o Empreiteiro preparará e submeterá à aprovação da Fiscalização, conjuntamente com o projeto de Estaleiro, um Plano de Controlo e Gestão de Efluentes, Resíduos e Emissões em que fará:

- A identificação e caracterização dos efluentes, resíduos e emissões previstos:
  - Identificando as respetivas fontes geradoras,
  - Caracterização física e química, de cada efluente, resíduo e/ou emissão (em função da fonte geradora do mesmo),
  - Caudal médio/volume ou estimativa da quantidade e variabilidade,
  - Método de controlo de cada efluente, resíduo e/ou emissão;
- A identificação das operações de recolha, armazenamento, transporte e encaminhamento para destino final (reciclagem, valorização ou eliminação) de cada efluente, resíduo e/ou emissão;
- Definição das medidas e ações preventivas no âmbito da poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas;
- Definição de medidas e ações que minimizem a produção de efluentes, resíduos e/ou emissões em obra;
- A descrição do sistema de monitorização e registo de efluentes, resíduos e/ou emissões.



O Plano de Controlo e Gestão de Efluentes, Resíduos e Emissões terá que prever e referir, entre outras, as medidas de gestão (tais como: controlo, minimização, recolha, pré-tratamento, armazenagem, transporte e destino final adequado) dos seguintes efluentes, resíduos e/ou emissões:

- Efluentes (ex.: resultantes de cozinhas, refeitórios, dormitórios, escritórios, instalações oficinais, industriais e outras estruturas de apoio à obra, manutenção de veículos afetos à obra, e atividades das frentes de obra, etc.);
- Resíduos sólidos urbanos/ perigosos (ex.: resultantes de cozinhas, refeitórios, dormitórios, escritórios, instalações oficinais, industriais e outras estruturas de apoio à obra, manutenção de veículos afetos à obra, e atividades das frentes de obra, etc.);
- Implantação de sistemas de triagem para recolha, armazenamento e encaminhamento para destino final – reciclagem, valorização ou eliminação (ex.: de vidro, papel, metais, plásticos, pilhas e óleos);
- Efluentes e emissões de centrais de betão, britagem e/ou asfalto;
- Medidas de contenção e tratamento de derrames acidentais (abastecimento de combustíveis, mudanças de óleos lubrificantes de máquinas, etc.);
- Definição de um Plano de Emergência para eventuais derrames acidentais.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, o Empreiteiro, no desenvolvimento das suas atividades na obra, deverá cumprir a regulamentação, as normas, requisitos legais e contratuais relativos à defesa do ambiente.

O Adjudicatário arquivará no anexo 33 cópias de todos os Planos de Gestão das Descargas de efluentes e Resíduos na Obra e eventuais alterações aos mesmos, assim como todos os registos de monitorização resultantes desse Plano.

## **5 - Monitorização e Acompanhamento**

---

Sem prejuízo das ações diárias ou periódicas que deverão ser realizadas por todos os intervenientes nesta empreitada quer em cumprimento das obrigações legais aplicáveis, quer por exigência do caderno de encargos do qual este Plano de Segurança e de Saúde faz parte integrante, referem-se as seguintes três ações específicas que permitem verificar o desempenho da Entidade Executante/Adjudicatário na implementação da segurança e saúde no trabalho nesta empreitada:

- Monitorização mensal;
- Comissões de Segurança e Saúde;
- Auditorias Internas.

### **5.1 - MONITORIZAÇÃO MENSAL**

Compete à Fiscalização / Coordenador de Segurança da Obra, avaliar a implementação do preconizado no PSS, assim como os indicadores de sinistralidade laboral.

### **5.2 - COMISSÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

Com o objetivo de acompanhar e avaliar a adaptação / complemento e implementação do *Plano de Segurança e de Saúde* será constituída uma Comissão de Segurança da Obra composta, em princípio, pelas pessoas com as seguintes funções ou representações:

- Representante do Dono da Obra;
- Representante da Fiscalização;
- Coordenador de Segurança da Obra
- Diretor Técnico da Empreitada;
- Responsável da Entidade Executante/Adjudicatário pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e pela correta aplicação, manutenção, atualização e organização do *Plano de Segurança e de Saúde*;
- Representante(s) dos trabalhadores da obra.

A Comissão de Segurança da Obra deve reunir periodicamente para analisar o estado de implementação do Sistema; apoiar as tarefas da Fiscalização e do Coordenador de Segurança da Obra; identificar as alterações que se mostrarem necessárias para a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho e analisar eventuais acidentes e índices de sinistralidade laboral registados na empreitada, e as medidas preventivas implementadas.

No fim de cada reunião, a Fiscalização promoverá a elaboração da Ata da Reunião e assegurará a sua distribuição pelos intervenientes nesta Comissão.

No anexo 28 a Entidade Executante/Adjudicatário deverá arquivar cópias das atas das reuniões da Comissão da Segurança da Obra.

### **5.3 - AUDITORIAS INTERNAS**

Sem prejuízo de responsabilidades e direitos estabelecidos legalmente, o Dono da Obra reserva-se o legítimo direito de, com meios próprios ou através de entidades externas que contrate para o efeito, efetuar Auditorias adequadas ao *Sistema da Segurança e Saúde no Trabalho* preconizado no presente *Plano de Segurança e de Saúde* e na legislação e regulamentação vigentes. Nos processos de Auditoria, a Entidade

Executante/Adjudicatário prestará todas as informações que lhe sejam solicitadas, participará nas reuniões da Auditoria com todos os elementos a quem tal seja solicitado, e disponibilizará à Equipa Auditora as instalações da obra e toda a documentação do âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo as cópias necessárias.

No anexo 29 a Entidade Executante/Adjudicatário deve arquivar cópias dos Planos e Relatórios de Auditorias, quer internas (efetuadas pela Entidade Executante/Adjudicatário), quer externas (efetuadas por iniciativa da Fiscalização, do Coordenador de Segurança da Obra ou do Dono da Obra).

Deverão também ser arquivadas neste anexo, os Planos de Ações Corretivas e/ou Preventivas resultantes dessas auditorias e bem assim bem assim os documentos relativos a eventuais Inspeções (autos de notícia, notificações, autos de suspensão de trabalhos) que venham a ser realizadas à obra pela **Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)**.

Mortágua, ABRIL 2021

(Sofia Amaral, Eng.<sup>a</sup> Tec. Civil).

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO N.º	DESCRIÇÃO
1	Lista e Modelos de Fichas; Lista de trabalhos relevantes.
2	Receção do PSS pelo empreiteiro; Registo de Distribuição do PSS; Entrega do PSS pelo empreiteiro ao representante do dono da obra.
3	Comunicações Prévias e Declaração relativa a eventuais trabalhadores imigrantes
4	Alterações a cláusulas do PSS
5	Organograma do Empreiteiro; Definição de Funções; Política da Segurança e Saúde no Trabalho do Empreiteiro; Controlo de Assinaturas e Rubricas
6	Horários de Trabalho (Empreiteiro e sucessiva cadeia de subcontratação)
7	Controlo de subempreiteiros e sucessiva cadeia de subcontratação
8	Registo de apólices de seguro de acidentes de trabalho (Empreiteiro e sucessiva cadeia de subcontratação), incluindo apólices e comprovativos da validade e cópias das folhas de remunerações da Segurança Social
9	Condicionalismos existentes no local
10	Plano de Trabalhos, incluindo Planos e Cronogramas de Mão-de-Obra; Fases de execução de trabalhos
11	Instruções de Trabalho
12	Projeto do Estaleiro
13	Planos de Acessos, Circulação e Sinalização interna no estaleiro
14	Planos de Sinalização Temporária na via pública
15	Controlo dos Equipamentos de Apoio
16	Planos de Proteções Coletivas
17	Materiais com Risco Específico
18	Planos de Monitorização e Prevenção
19	Registos de Monitorização e Prevenção
20	Registos de Não conformidade e Ações Corretivas / Preventivas
21	Plano de Identificação e Saúde de Trabalhadores
22	Registos de Controlo de Distribuição de EPI
23	Formação e Informação dos Trabalhadores
24	Registo de Acidentes e Índices de Sinistralidade
25	Planos para Visitantes
26	Planos de Emergência e evacuação de trabalhadores
27	Monitorização Mensal
28	Atas das Reuniões da Comissão de Segurança da Obra
29	Relatórios de Auditorias internas e externas
30	Planos de Escavações

# Anexo 1

---

**LISTA E MODELOS DE FICHAS**

**LISTA DE TRABALHOS RELEVANTES**

MODELO	DESCRIÇÃO
S01	Registo de distribuição de documentos
S02	Proposta de alterações de documentos
S03	Registo das alterações aprovadas de documentos
S04	Declaração de receção do PSS pelo Empreiteiro
S05	Declaração de entrega do PSS na Receção Provisória pelo Empreiteiro
S06	Controlo de assinaturas e rubricas
S07	Declaração relativa a eventuais trabalhadores imigrantes <b>(Mod. S07B)</b>
S08	Comunicação Prévia
S09	Distribuição de EPI e informação sobre riscos
S10	Controlo de subempreiteiros
S11	Registo de apólices de seguro de acidentes de trabalho
S12	Planos de monitorização e prevenção
S13	Registos de monitorização e prevenção

**NOTA:** O Empreiteiro deverá utilizar como referência os modelos referidos nesta lista e integrados no PSS ou na CT, consoante os casos, podendo no entanto propor as alterações que entender, as quais apenas se tornam efetivas após aprovação do Dono da Obra. Poderá também criar novos modelos que proporá ao Dono da Obra a sua aprovação e integração no Sistema.

# Anexo 2

---

## **REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PSS**



# Anexo 3

---

**REGISTO DE COMUNICAÇÕES PRÉVIAS E**

**DECLARAÇÃO RELATIVA A EVENTUAIS TRABALHADORES IMIGRANTES**

# Anexo 4

---

## **REGISTO DE ALTERAÇÕES A CLÁUSULAS DO PSS**

# Anexo 5

---

**ORGANOGRAMA DO EMPREITEIRO**

**DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES**

**POLÍTICA DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO DO EMPREITEIRO**

**CONTROLO DE ASSINATURAS E RUBRICAS**

# Anexo 6

---

## **HORÁRIOS DE TRABALHO**

# Anexo 7

---

**CONTROLO DE SUBEMPREENHEIROS E SUCESSIVA CADEIA DE  
SUBCONTRATAÇÃO**

# Anexo 8

---

**REGISTO DE APÓLICES DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
(EMPREITEIRO E SUCESSIVA CADEIA DE SUBCONTRATAÇÃO)**

**COMPROVATIVOS DA VALIDADE E CÓPIAS DAS FOLHAS DE  
REMUNERAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL**

# Anexo 9

---

## **CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO LOCAL**

# Anexo 10

---

**PLANO DE TRABALHOS**

**PLANOS E CONOGRAMAS DE MÃO-DE-OBRA**

**FASES DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS**



# Anexo 11

---

## **INSTRUÇÕES DE TRABALHO**

# Anexo 12

---

## **PROJECTO DE ESTALEIRO**

# Anexo 13

---

**PLANOS DE ACESSOS, CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO INTERNA NO  
ESTALEIRO**

# Anexo 14

---

## **PLANOS DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA NA VIA PÚBLICA**

# Anexo 15

---

## **CONTROLO DOS EQUIPAMENTOS DE APOIO**

# Anexo 16

---

## **PLANOS DE PROTEÇÕES COLETIVAS**

# Anexo 17

---

## **MATERIAIS COM RISCO ESPECIFICO**

# Anexo 18

---

## **PLANOS DE MONITORIZAÇÃO E PREVENÇÃO**



# Anexo 19

---

## **REGISTOS DE MONITORIZAÇÃO E PREVENÇÃO**

# Anexo 20

---

**REGISTOS DE NÃO CONFORMIDADE E AÇÕES  
CORRETIVAS/PREVENTIVAS**

# Anexo 21

---

## **PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E SAÚDE DE TRABALHADORES**

# Anexo 22

---

## **REGISTOS DE CONTROLO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI**

# Anexo 23

---

## **FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES**

# Anexo 24

---

## **REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE**

# Anexo 25

---

## **PLANOS PARA VISITANTES**

# Anexo 26

---

## **PLANOS DE EMERGÊNCIA E EVACUAÇÃO DE TRABALHADORES**



# Anexo 27

---

## **MONITORIZAÇÃO MENSAL**

# Anexo 28

---

**ACTAS DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA EM OBRA**

# Anexo 29

---

## **RELATÓRIOS DE AUDITORIAS INTERNAS E EXTERNAS**

# Anexo 30

---

## **PLANOS DE ESCAVAÇÕES**

		<b>REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS</b>		Número:	Pág.:
		ono da Obra:		_____	___ / ___
		bra:			
		Adjudicatário:			

<b>DOCUMENTO</b>	
<input type="checkbox"/> Plano de Segurança e Saúde (PSS); <input type="checkbox"/> Compilação Técnica da Obra (CT); <input type="checkbox"/> _____;	
<input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____	

REF. <sup>a</sup>	NOME DO DETENTOR DO PSS	ENTIDADE	DATA	RUBRICA	OBSERV.
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

**Nota:** Este quadro deverá ser mantido actualizado pelo Adjudicatário à medida que o PSS for sendo distribuído pelos subcontratados e sucessiva cadeia de subcontratação.

	<b>PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DE DOCUMENTOS</b>	Número:	Pág.:
	Dono da Obra:	_____	___ / ___
	Obra:		
	Adjudicatário:		

<b>DOCUMENTO</b>
<input type="checkbox"/> Plano de Segurança e Saúde (PSS); <input type="checkbox"/> Compilação Técnica da Obra (CT); <input type="checkbox"/> _____;
<input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____

<i>Descrição da proposta de alteração:</i>	
<i>Proposto por:</i>	<i>Na qualidade de:</i>
<i>Ass.:</i>	<i>Data:</i>
<i>Parecer:</i>	
<i>Proposto por:</i>	<i>Na qualidade de:</i>
<i>Ass.:</i>	<i>Data:</i>

<b>APROVAÇÃO</b>	
Coordenador de Segurança da Obra _____ / _____ / _____	Representante do Dono da Obra: _____ / _____ / _____

Nota: As alterações propostas apenas se tornam efectivas após a aprovação do Representante do Dono da Obra.

	<b>REGISTO DAS ALTERAÇÕES APROVADAS DE DOCUMENTOS</b>		Número:	Pág.:
	<div style="background-color: black; width: 100px; height: 20px; display: inline-block;"></div> ão da Obra:		_____	___ / ___
	Obra:			
	Adjudicatário:			

<b>DOCUMENTO</b>	
<input type="checkbox"/> Plano de Segurança e Saúde (PSS); <input type="checkbox"/> Compilação Técnica da Obra (CT); <input type="checkbox"/> _____;	
<input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____; <input type="checkbox"/> _____	

REF. <sup>a</sup>	CLÁUSULAS ALTERADAS	RESUMO DA ALTERAÇÃO APROVADA	DATA DE ENTRADA EM VIGOR

## DECLARAÇÃO

---

Adjudicatário da “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**”, declara ter recebido o *Plano de Segurança e de Saúde* (PSS) para a mencionada empreitada comprometendo-se a cumprir o preconizado nesse PSS com proficiência tendo em conta a legislação em vigor e a propor as alterações que se revelarem necessárias face aos processos construtivos ou aos métodos de trabalho utilizados no estaleiro.

Mais declara ter recebido também dois ficheiros em suporte informático relativos a dados de acidentes de trabalho e índices de sinistralidade laboral (Modelo S20 em suporte *Excel*) e a dados de Monitorização (Modelo S21 em suporte *Word*), comprometendo-me a entregar à Fiscalização no mesmo suporte (ou enviar por email confirmando a sua receção) esses ficheiros com toda a informação neles requerida até ao quinto dia útil de cada mês.

\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

O Representante do Adjudicatário

---



# DECLARAÇÃO

(a anexar ao Auto de Receção Provisória da Obra)

\_\_\_\_\_, adjudicatário da  
“**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**”, declara que todos  
os elementos preparados e utilizados no âmbito do *Plano de Segurança e  
de Saúde* da empreitada de construção das “.....” se encontram integrados  
de forma organizada no conjunto de ... pastas referido no anexo a esta  
declaração e que se entrega nesta data ao representante do Dono da Obra  
neste ato.

O Empreiteiro

A Fiscalização

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Coordenador de Segurança da  
Obra

O Representante do Dono da Obra

**Recebi os documentos  
mencionados**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

## IDENTIFICAÇÃO DAS PASTAS DE ARQUIVO QUE CONSTITUEM O PLANO DE SEGURANÇA E DE SAÚDE

[illegible]

	<b>CONTROLO DE ASSINATURAS E RUBRICAS</b>		Número _____	Página ____/____
	Empreitada:		Código:	
	Dono da Obra:	Fiscalização:		
	Projetista:	Adjudicatário:		

[illegible]

Preparado por: _____/_____/_____	Verificado por: _____/_____/_____	Aprovado por: _____/_____/_____
----------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------

## DECLARAÇÃO

E..., adjudicatário da obra (*designação da empreitada/obra*), declara, (\*) nos termos e para os efeitos dos n.ºs 4 e 5 do Art.º 144.º do Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º 97/99 de 26 de Julho e do Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, que cumprem as obrigações decorrentes da lei relativamente a todos os trabalhadores imigrantes eventualmente contratados para a execução desta obra, assegurando também esse cumprimento por parte dos seus subcontratados (subempreiteiros e trabalhadores independentes), e bem assim da sucessiva cadeia de subcontratação.

(Localidade), de de  
(assinaturas de quem obriga a empresa)

(\*) Tratando-se de empresa da cadeia de subcontratação, deverá substituir-se por "E..., subcontratado da empresa (*designação da empresa contratante, a qual poderá ser subcontratada de outra*) para a obra (*designação da empreitada / obra*), declara, nos termos ..."

<div style="background-color: black; width: 100px; height: 20px;"></div>	<b>COMUNICAÇÃO PRÉVIA</b>	PÁGINA  <b>1/3</b>

<b>Obra</b> :		<b>Contrato IEP N.º:</b>
------------------	--	--------------------------

<b>1</b>	<b>DATA DA COMUNICAÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>

<b>2</b>	<b>ENDEREÇO COMPLETO DO ESTALEIRO (*)</b>

<b>3</b>	<b>NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTAS PARA A OBRA</b>
	•

<b>4</b>	<b>DONO DA OBRA</b>	<b>Representante</b>
	Desig./Nome:	
	Sede:	

<b>5</b>	<b>AUTOR(ES) DO PROJETO RODOVIÁRIO</b>	<b>Especialidade</b>
	Nome:	
	Domicílio:	
	Empresa:	
	Sede:	
	<b>AUTOR(ES) DO PROJETO OBRAS DE ARTE</b>	
	Nome:	
	Domicílio:	
	Empresa:	
	Sede:	
	<b>Outros autores:</b>	
	Nome:	
	Domicílio:	
	Nome:	
	Domicílio:	
	Nome:	
	Domicílio:	

	<b>COMUNICAÇÃO PRÉVIA</b>	PÁGINA
		<b>2/3</b>

<b>6</b>	<b>COORDENADOR DE SEGURANÇA EM PROJETO (CSP)</b>
	Desig./ Nome:
	Domicílio/Sede:
	Técnico que assegura o exercício da C S em projecto: (caso CSP seja Pessoa coletiva)
	Domicílio:

<b>7</b>	<b>FISCAL(AIS) DA OBRA</b>	<b>Representante</b>
	Desig.:	
	sede:	
	<b>Eng.º Fiscal Residente</b>	
	Nome:	
	Domicílio:	
	<b>Outros fiscais:</b>	<b>Especialidade</b>
	Nome:	
	Domicílio:	
	Nome:	
	Domicílio:	
	Nome:	
	Domicílio:	
	Nome:	
	Domicílio:	

<b>8</b>	<b>COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA (CSO)</b>
	Desig./ Nome:
	Domicílio/Sede:
	Técnico que assegura o exercício da C S em obra: (caso CSO seja Pessoa coletiva)
	Domicílio:

<b>9</b>	<b>ENTIDADE EXECUTANTE (EE) (*)</b>
	Desig./Nome:
	Domicílio/sede:

<b>10</b>	<b>DIRETOR TÉCNICO DA EMPREITADA (*)</b>
	Nome:
	Domicílio:

	<b>COMUNICAÇÃO PRÉVIA</b>	PÁGINA
		<b>3/3</b>

<b>11</b>	<b>REPRESENTANTE DA EE (**)</b>
	Nome:
	Domicílio:

<b>12</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO TÉCNICA DA OBRA</b>
	Nome: Não Aplicável
	Domicílio:
	N.º de inscrição na Câmara Municipal:

<b>13</b>	<b>DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO</b>
	Data de início: Data de termo:

<b>14</b>	<b>ESTIMATIVA DO NÚMERO MÁXIMO DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM E INDEPENDENTES, PRESENTES EM SIMULTÂNEO NO ESTALEIRO E, CASO APLICÁVEL, ESTIMATIVA DO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES (*)</b>		
	N.º Trab. por conta de outrem:	N.º Trab. independentes:	N.º Pessoas-dia: Não aplicável

<b>15</b>	<b>ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO (*)</b>
	N.º de Empresas: N.º de Trabalhadores Independentes: Vd(14)

<b>16</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREENHEIROS JÁ SELECIONADAS</b>
	Lista apresentada no anexo <b>CP-I</b> , devendo a entidade executante apresentar essa lista mensalmente à fiscalização até ao terceiro dia útil do mês seguinte ao que a mesma se refere de acordo com esse modelo.

<b>17</b>	<b>RESPONSÁVEL DA EE PELO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL EM MATÉRIA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO (*)</b>
	Nome:
	Domicílio:

(\*) A indicar / indicado pela Entidade Executante ao Dono da Obra. Durante a execução dos trabalhos, a Entidade Executante deverá informar, por escrito, a Fiscalização de qualquer alteração destes elementos.

(\*\*) Caso seja nomeado

O Representante do Dono da Obra

\_\_\_\_\_  
(Diretor de Empreendimentos)\*

(Diretor de Estradas do Distrito de ...)\*

(Diretor do Dptº da Área de OAEE responsável pela execução da empreitada)\* - Apagar o que não interessa

	<b>COMUNICAÇÃO PRÉVIA</b>	PÁGINA
		<b>1/1</b>

## ANEXO CP I – IDENTIFICAÇÃO DE SUBEMPREITEIROS

(Anexo a que se refere o ponto 16 da Comunicação Prévia da obra: \_\_\_\_)

**CP N.º: \_\_\_\_ Lista referente ao mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_**

N.º	DESIGNAÇÃO	NIPC	INTERVENÇÃO NA OBRA	ENTRADA	SAÍDA
1					
Endereço:					
2					
Endereço:					
3					
Endereço:					
4					
Endereço:					
5					
Endereço:					
6					
Endereço:					
7					
Endereço:					
8					
Endereço:					
9					
Endereço:					
10					
Endereço:					
11					
Endereço:					
12					
Endereço:					
13					
Endereço:					
14					
Endereço:					
15					
Endereço:					

(\*) Nesta lista deverão incluir-se todos os subempreiteiros que intervêm na obra, **por um período seguido superior a 24h**, registando-se as datas (na forma numérica <mês/ano>) de entrada e de saída de cada um e bem assim indicação da intervenção na obra, isto é, o tipo de trabalhos predominante em que intervêm (terraplenagens, cofragens, armaduras, pinturas, etc.).

O Representante do Dono da Obra

\_\_\_\_\_  
(Diretor de Empreendimentos)\*

\_\_\_\_\_  
(Diretor de Estradas do Distrito de ...)\*

\_\_\_\_\_  
(Diretor do Dptº da Área de OAEE responsável pela execução da empreitada)\*

(\* - Apagar o que não interessa)



	<b>COMUNICAÇÃO PRÉVIA</b>	PÁGINA
		<b>1/1</b>

## Anexo CP II

### Declarações

#### Projeto:

- . Autor de Projeto (CEP-B6)
- . CSP / R-CSP (CEP-B7 / B8)

#### Obra:

- . Fiscalização (Eng.º Coordenador da Fiscalização, Eng.º Fiscal residente, Eng.º Fiscal, Fiscal)
- . CSO / R-CSO
- . Entidade Executante (EACP)
- . Diretor Técnico de Empreitada (DTE)
- . Representante EE (REE)

<b>DISTRIBUIÇÃO DE EPI E INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS</b>		Número: _____	Pág.: <u>  </u> / <u>  </u>
Nome da Obra: _____			
Endereço da Obra: _____			
Adjudicatário: _____			

<b>Nome do Trabalhador</b> (Tratando-se de trabalhador independente assinalar aqui <input type="checkbox"/> )	<b>Categoria</b>	<b>N.º</b>
<b>Empregador:</b> <input type="checkbox"/> Adjudicatário <input type="checkbox"/> Subempreiteiro (Empresa: _____ )		

Ref.ª	Designação do EPI	Riscos <sup>(1)</sup>	Receção <sup>(2)</sup>	Devolução final <sup>(3)</sup>
			Data: ____/____/____ Ass.: _____	Data: ____/____/____ Ass.: _____
			Data: ____/____/____ Ass.: _____	Data: ____/____/____ Ass.: _____
			Data: ____/____/____ Ass.: _____	Data: ____/____/____ Ass.: _____
			Data: ____/____/____ Ass.: _____	Data: ____/____/____ Ass.: _____
			Data: ____/____/____ Ass.: _____	Data: ____/____/____ Ass.: _____

<sup>(1)</sup> Indicar códigos de acordo com a tabela abaixo

<sup>(2)</sup> Data e assinatura do trabalhador

<sup>(3)</sup> Data e assinatura de quem recebe

RISCOS A PROTEGER	
1 – Quedas em altura	11 – Pancadas na cabeça
2 – Quedas ao mesmo nível	12 – Cortes
3 – Queda de objetos	13 – Estilhaços
4 – Queda por escorregamento	14 – Entalamentos
5 – Objetos pontiagudos ou cortantes	15 – Eletrocussão
6 – Esmagamento do pé	16 –
7 – Torção do pé	17 –
8 – Choque ao nível dos maléolos	18 –
9 – Choque ao nível do metatarso	19 –
10 – Choque ao nível da perna	20 –

<b>DECLARAÇÃO</b>	
Declaro que recebi os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) acima mencionados e que fui informado dos respectivos riscos que pretendem proteger, comprometendo-me a utilizá-los corretamente de acordo com as instruções recebidas, a conservá-los e mantê-los em bom estado, e a participar ao meu superior hierárquico todas as avarias ou deficiências de que tenha conhecimento.	
Mais declaro que fui informado estar coberto por seguro de acidentes de trabalho através da apólice n.º _____ da Companhia de Seguros _____ em nome de _____	
Trabalhador Ass.: _____	Data: ____/____/____

Responsável do Adjudicatário pela SST  Data: ____/____/____  Ass.: _____	Diretor Técnico da Empreitada / Obra  Data: ____/____/____  Ass.: _____
--	---

	<b>CONTROLO DE SUBEMPREENTEIROS</b>		Número _____	Página ____/____
	Subempreitada:		Código:	
	Dono da Obra:	Fiscalização:		
	Projetista:	Adjudicatário:		

Ref. <sup>a</sup>	Subempreitada	Subempreiteiro	N.º trab. na obra	Período de intervenção		Certificado de Classificação / Registo <sup>(*)</sup>					
				Início	Fim	EOP	ICC	Reg.	Cat.	Subcat.	Classe
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						
				___/___/___	___/___/___						

<sup>\*</sup> Anexar cópia dos respectivos certificados / registos

Preparado por: _____	Verificado por: _____	Aprovado por: _____
----------------------	-----------------------	---------------------

[illegible]

Preparado por:	Data:	Verificado por:	Data:	Aprovado por:	Data:
----------------	-------	-----------------	-------	---------------	-------



	<b>REGISTO DE MONITORIZAÇÃO E PREVENÇÃO</b>		Número _____	Página ____/____
	Empreitada:		Código:	
	Dono da Obra:	Fiscalização:		
	Projetista:	Adjudicatário:		

Elemento / Operação de construção	Código
Localização / Atividade:	

Ref. <sup>a</sup>	Verificações / Tarefas	PP <sup>(1)</sup>	Controlo do Adjudicatário				Controlo da Fiscalização			
			Conf.	N.º NC	Assinatura	Data	Conf.	N.º NC	Assinatura	Data
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-
						/ /				/ /
						-				-

Preparado por: _____	Verificado por: _____	Aprovado por: _____
----------------------	-----------------------	---------------------

<sup>(1)</sup> A definição dos Pontos de Paragem é da competência da Fiscalização, caso em que esta tem que intervir obrigatoriamente no controlo.